



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 29 de fevereiro de 2024

-----Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. – Período de Antes da Ordem do Dia.-----

2. – Período da Ordem do Dia:-----

2.1 - Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Avaliação da Atividade 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ de Águeda;-----

2.2 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Alteração Modificativa n.º 1 ao Orçamento de 2024;-----

2.3 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de ratificação do despacho do Senhor Presidente de retificação da Proposta n.º 407/2023, aprovada pela Câmara Municipal a 16.11.2023 e pela Assembleia Municipal a 4 e 5.11.2023 - "Redução da taxa de IMI (artigo 112.º-A) em função do n.º de dependentes;-----

2.4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Declaração de Utilidade Pública da expropriação das parcelas necessárias à “Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2” e Declaração de Utilidade Pública e das faixas de terreno sobre as quais se pretende constituir a servidão administrativa;-----

2.5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência, entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, para construção e requalificação de lugares de estacionamento na Rua 13 de Agosto e Rua da Liberdade;-----

2.6 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência, entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para alargamento da Rua Benjamim Soares de Freitas, em Óis da Ribeira;-----

2.7 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda, para prorrogação do prazo, aos Protocolos de Colaboração n.º 269/23, 270/23 e 271/23 e Contrato Interadministrativo n.º 272/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias Recardães e Espinhel;-----

2.8 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

prorrogação do prazo, ao Protocolo de Colaboração n.º 286/23, celebrado entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcôba;-----

2.9 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda, para prorrogação do prazo, ao Protocolo de Colaboração n.º 13/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão;-----

2.10 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda, para prorrogação do prazo, ao Protocolo de Colaboração n.º 178/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo;-----

2.11 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda, para prorrogação do prazo, ao Protocolo de Colaboração n.º 169/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Águeda e Borralha;-----

2.12 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração para Atribuição de Apoio Financeiro, entre o Município de Águeda e a Freguesia de Fermentelos, a União de Freguesias de Recardães e Espinhel e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para Limpeza de Jacintos-de-água na Pateira;-----

2.13 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração para Atribuição de Apoio Financeiro, entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, para a aquisição de uma viatura de 9 lugares para transporte de crianças;-----

2.14 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração para Atribuição de Apoio Financeiro, entre o Município de Águeda e a Freguesia de Aguada de Cima, para a Reabilitação e Valorização da Regueira de Seixo, no Centro da Freguesia de Aguada de Cima;-----

2.15 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração para Atribuição de Apoio Financeiro, entre o Município de Águeda e a Freguesia de Macinhata do Vouga, para Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga;--

2.16 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração para Atribuição de Apoio Financeiro, entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, para Reabilitação do Cemitério de Barrô e Construção de Ossário;-----

2.17 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração para Atribuição de Apoio Financeiro, entre o Município de Águeda e a União de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, para Execução de trabalhos nos Cemitérios de Trofa e Lamas do Vouga; -----

2.18 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração para Atribuição de Apoio Financeiro, entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, para Execução do Parque Desportivo do Passal;-----

2.19 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração para Atribuição de Apoio Financeiro, entre o Município de Águeda e a Freguesia de Valongo do Vouga, para Aquisição de equipamentos interativos e didáticos para a casa dos rios e parque da boiça; Intervenção de requalificação e recuperação de antiga escola primária no lugar do Sobreiro – 2.ª Fase e substituição de cobertura no pavilhão 2 dos armazéns da Junta de Freguesia;---

2.20 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda à Estratégia Local de Habitação de Águeda;-----

2.21 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Águeda;-----

2.22 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Plano de Ação para o PERSU 2030 (PAPERSU) de Águeda;-----

2.23 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento da Gala de Desporto do Município de Águeda;-----

2.24 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração das Normas de Participação e Exploração de Espaços do evento AgitÁgueda;-----

2.25 - Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, José Filipe de Almeida Pereira, e secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----

-----**Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:**-----

José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----

José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;-----

Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT;-----

Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS;-----

Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;-----

Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos - PPD/PSD.MPT;-----

Hermínio da Conceição Marques Guapo – PS;-----

Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;-----

Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa – PS;-----

Rui Miguel Pires Moreto – CDS-PP;-----

Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS;-----

Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----

Abílio Ferreira Gomes da Silva – PPD/PSD.MPT;-----

José Miguel Ramos Tendeiro – PPD/PSD.MP;-----

Olivia de Sousa Passos – CDS-PP;-----

Gilda da Luz de França Passos Vieira – PS;-----

Gisela Valente Pinheiro – PPD/PSD.MPT;-----

Isabel Maria Santiago Ferreira – PS.-----

Em representação das Juntas/Uniãos de Freguesias compareceram:-----

Irene Henriques – Tesoureira JF de Aguada de Cima; -----

Nuno Gustavo Pimenta Cardoso – PUF de Águeda e Borralha; -----

João Marques Pitau – PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----

Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----

Hugo Manuel Fonseca da Silva – Secretário JF de Macinhata do Vouga; -----

Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira; -----

Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----

Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----

Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----

Luís Filipe Tondela Falcão - PJ de Valongo do Vouga; -----

Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros: -----

Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----

Marlene Domingues Gaio -PPD/PSD.MPT – Vereadora -----

Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PPD/PSD.MPT – Vereador; -----

Luís Herculano Henriques de Pinho – PS – Vereador; -----

Daniela Alexandra Pereira Herculano – PS – Vereadora; -----

Antero Ricardo dos Santos Almeida – CDS-PP – Vereador; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----O **Presidente da Assembleia Municipal**, pelas vinte horas e trinta minutos, declarou aberta a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e cumprimentou todos os presentes: -----

-----"Muito boa noite a todos. Existindo quórum, vamos dar início aos trabalhos desta Assembleia Municipal, primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, de 29 de fevereiro de 2024. Começo por cumprimentar e saudar a Sra. Secretária da Mesa, os Srs. Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, também o público aqui presente, os funcionários da Autarquia, as Sras. Técnicas da linguagem gestual, a comunicação social também aqui presente hoje e também cumprimento a todos aqueles que nos assistem pela plataforma da Águeda TV. Uma palavra de apreço, como sempre, aos funcionários da Autarquia que, de forma abnegada vão proporcionando que estes trabalhos desta Assembleia decorram, quer na sua fase preparatória, quer no âmbito da própria Assembleia, com normalidade e produtividade. Os meus cumprimentos também. Portanto, estamos numa Assembleia ordinária e eu vou começar por dar nota das comunicações recebidas pela Mesa até hoje, desde a nossa última Assembleia que, na verdade, se resumem tão só aos pedidos de substituição e nessa matéria, nós temos aqui algumas substituições que foram solicitadas.-----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

-----"A Sra. Deputada Ana Miguel Marques Neves dos Santos e em sua substituição está o Sr. Deputado Gabriel Oliveira Marques Arsénio, aqui presente; Também a Sra. Deputada Ana Rita Antunes Pereira e em sua substituição o Sr. Deputado Mauro Ezequiel de Sampaio Monteiro; também, o Sr. Deputado Paulo Sérgio Gomes Tomás e, em sua substituição, o Sr. Deputado Hermínio da Conceição Marques Guapo, também presente; o Sr. Deputado António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas e, em sua substituição, a Sra. Professora Gilda da Luz de França Passos Vieira, também presente. Depois temos o Sr. Presidente da Junta de Macinhata do Vouga, Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques e, em sua substituição, está o Sr. Secretário Hugo Manuel Fonseca da Silva, também presente. E o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Cima, Albano Marques de Abrantes e, em sua substituição, a Sra. Tesoureira Irene Henriques, também presente. Portanto, estes são os pedidos de substituição e os substitutos. Falta dizer que eu julgo que não há nenhum reparo, no que respeita à divulgação de toda a documentação que foi previamente remetida a todos os Srs. Deputados, como é habitual, devem ter reparado que foi suprimido um ponto que inicialmente seguiu com a primeira convocatória, estas coisas são assim, um pouco dinâmicas, mas todos certamente tiveram acesso. Nós temos uma ordem de trabalhos muito extensa hoje, vamos tentar produzir o máximo possível. Obviamente que se avizinha, no meu ponto de vista, uma eventual possibilidade da suspensão dos trabalhos desta Assembleia, pelo limite horário que temos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mas, consoante os trabalhos forem avançando, a seu tempo comunicarei se assim for. Bom, passamos à intervenção do público porque estamos numa Assembleia ordinária, depois o período antes da ordem do dia, mas fazendo a sequência da intervenção do público, está aqui presente algum público, como habitual, eu julgo que a maioria deles até são de alguma forma pessoas habituadas a estes trabalhos. Eu pergunto se alguém quer tomar da palavra e, se sim, o habitual, apresentar-se e depois desloca-se aqui ao púlpito para poder fazer a sua intervenção. Temos uma inscrição do público. Faça favor, avance.-----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----**Município Fábio Duarte:** “Boa noite a todos. Boa noite ao Executivo, Vereadores, Presidente da Assembleia, a Sra. Secretária, a todos os presentes. Eu venho aqui falar em nome da população de Segadães, nós soubemos que, entretanto, vai aparecer um valor para obras no cemitério da Trofa e de Lamas, queríamos saber como é que está em relação ao cemitério de Segadães, se caiu no esquecimento, se, entretanto, foi pedido algum valor à Câmara para se avançar com aquela obra? Está quase há dois anos parada. O Sr. Presidente da Câmara diz que este assunto é para a Junta, é para a Assembleia de Junta, mas na Junta nunca sabemos de nada. O assunto é empurrado para aqui, daqui é empurrado para lá e andamos aqui num torneio de ping-pong. Por isso mesmo, em representação também de muitos populares do Lugar de Segadães, queríamos saber como é que está o processo em relação ao cemitério de Segadães, uma vez que vai ser disponibilizado dinheiro para obras no cemitério da Trofa e de Lamas. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Só um minuto, que eu tenho ideia que não se identificou.-----

-----**Fábio Duarte:** Sim. Fábio Duarte, de Segadães.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Mais alguma inscrição do público? Mais ninguém, muito bem. Não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer tomar da palavra?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, boa noite. Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, a excelentíssima Mesa, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros desta Assembleia e, naturalmente, o público presente, a comunicação social e o público que nos segue pela Águeda TV. Eu queria só deixar claro o seguinte: não há ninguém a empurrar de lá para cá ou de cá para lá. Este assunto é indiscutivelmente um assunto da Assembleia de Freguesia. Porquê? O cemitério é um cemitério da Freguesia e as questões de ampliação, antes de mais, penso que é a Freguesia que tem que as decidir. Aquilo que eu disse, volto a dizer, a Câmara esteve, conforme está, para outros cemitérios e, nomeadamente, para a mesma união de Freguesias, disponível para apoiar as obras necessárias, naturalmente que podem ser de ampliação, podem ser estudos ou projetos que sejam necessários para a ampliação, podem ser inclusivamente benefícios dos mais diferenciados. Esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

solicitação para o cemitério de Lamas e da Trofa é feita pela Junta de Freguesia e nós tivemos o cuidado de questionar quais seriam as intenções, porque, indiscutivelmente, as verbas não são infinitas, como toda a gente percebe. E quais são as intenções da Junta de Freguesia relativamente ao cemitério de Segadães, até porque o cemitério de Segadães é um assunto que amiúde, na minha ótica, indevidamente, tem sido trazido para aqui pela população. E, portanto, a informação que tivemos é que a Junta de Freguesia não prevê realizar obras a curto prazo no cemitério de Segadães. Daí que nós tenhamos avançado com o apoio, que há de vir daqui a um bocado e que vamos tratar, portanto, não temos que estar agora aqui a dizer mais nada. Mas, ficou absolutamente claro nas nossas reuniões e, uma vez mais, este assunto, indiscutivelmente, é da competência da Freguesia. O apoio que nos venham a solicitar, naturalmente que terá que vir aqui, mas só nisso e nunca à revelia da Junta de Freguesia. Nunca!-----

-----**Presidente da Assembleia:** Terminou, Sr. Presidente?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Terminei, Sr. Presidente.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Terminado então o período de intervenção do público, passamos então ao período antes da ordem do dia e, antes de mais, aceito inscrições para o período antes da ordem do dia. Há alguma inscrição? Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----"Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara. Algumas questões. Em primeiro lugar, lamentar que o Sr. Presidente da Assembleia não tenha cumprido a sua palavra pela segunda vez ao não me serem enviados os documentos que há um ano peço sobre as viagens ao estrangeiro dos membros do Executivo, com os seus objetivos, as comitativas, as determinadas funções e as despesas. Uma obrigação de lei a partir do momento em que eu, como membro da Assembleia, as solicito. O Sr. Presidente disse que me seriam entregues, passou setembro, passou dezembro, estamos em fevereiro e não recebi. Em segundo lugar, também o Sr. Presidente disse que me seriam enviados os relatórios do Agitágueda, não foi. O relatório do Águeda Natal, não foi. O Sr. Presidente é o Presidente desta Assembleia, o órgão máximo deste Município, deve utilizar todas e sei que ainda por cima como ilustre advogado, que conhece a lei, todas as possibilidades para que nos seja garantido e há medidas legais a tomar. Amanhã, sexta-feira, não o farei, mas na segunda-feira enviarei a respetiva participação à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Não compreendo como é que um Presidente da Assembleia não se impõe ou não utiliza a lei para exigir a resposta adequada ao Sr. Presidente da Câmara àquilo que lhe é solicitado. É um desprezo por esta Assembleia, uma desconsideração pelo povo de Águeda, que nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

representamos. A segunda questão é para o Sr. Presidente da Câmara, se nos puder explicar, em que situação está o apuramento de responsabilidades em relação ao projeto do mercado. Não sei se foi alguma coisa feita ou se nada foi feito também, como foi da outra vez, em relação à Socibeiral, em que não foi defendido o interesse público. A terceira questão é talvez uma questão um bocado mais complexa, mas simples de responder, tal como é simples a pergunta. O Sr. Presidente da Câmara Municipal ameaçou ou agrediu algum funcionário nas instalações da Autarquia? Se tal aconteceu, quais os fundamentos? Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma inscrição? Não. De imediato, então eu tomarei da palavra para lhe dizer, Sr. Deputado José Vidal, o senhor entende que é uma falta à palavra, eu entendo que me encontro a diligenciar em tudo o que me é possível e sem qualquer entrave, confesso, por parte do Executivo no fornecimento desses documentos. O que se poderá aqui discutir é o tempo ou o timing em que as coisas são feitas. Opiniões, poderíamos ter, eu também tenho a minha se, a seu tempo, já poderia ou não ter sido fornecida essa documentação. Está em preparação, aliás, já tive acesso à mesma porque me tenho também empenhado nessas funções que são as minhas, mas, de facto, alguma delas já está pronta para entregar e aí chamo à minha responsabilidade porque foi minha iniciativa dizer que, quando lhe entregasse, entregava-lhe tudo, para não lhe estar a entregar por partes, porque alguma dela já se encontra pronta e já podia ter sido entregue. E essa responsabilidade, de facto, é minha. Portanto, eu honestamente, se eu sentisse que havia entraves por parte do Executivo no fornecimento daquilo que legitimamente os Srs. Deputados terão direito e essa matéria, obviamente, também é do escrutínio do Executivo, porque, de facto, nem tudo por vezes é legítimo ou legalmente exigível, mas o que lhe posso dizer é isto, é que as coisas estão em preparação, já tive acesso a grande parte da mesma. Em tempo curto e muito rápido lhe farei chegar, para que isto deixe de ser um tema nestas Assembleias porque, de facto, não faz sentido andarmos sempre a falar sobre o mesmo. No que respeita a essa matéria, é o que me apraz dizer. No mais, Sr. Presidente da Câmara, por favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:**-----

-----”Sr. Presidente, muito obrigado e queria-lhe dizer o seguinte: queria, antes de mais, pedir desculpa, naturalmente e em primeiro lugar, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por uma razão muito simples, ele foi diligente neste processo e se há alguém que errou, fui eu, por uma razão muito simples, terá havido aqui um erro de comunicação porque, segundo me parece, estavam à espera que eu verificasse se a documentação a enviar estava correta, mas eu não tenho nada que verificar, está absolutamente claro o que há e, portanto, nós somos absolutamente transparentes, ao contrário do que pretendem passar. E aquilo que eu pedia, que sabia que a minha chefe de gabinete



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

teria aqui esta informação, eu não sei se está tudo, todos os temas. A questão das viagens está de certeza, as questões das contas do Agitágueda também. Queria-vos dizer que não preciso de ver, ao contrário do que pensavam, que eu queria ver, eu não preciso de ver e queria que entregasse ao Sr. Presidente da Assembleia para que pudesse entregar quando entendesse e que pode ser, se entender, agora desta forma. E peço desculpa porque eu penso que isso está preparado já há tempo, só que, peço desculpa, passou-me literalmente e, se as pessoas estavam à espera que eu visse, eu entendo que não preciso de ver e, portanto, o que for, de certeza absoluta é o que é. Relativamente à segunda questão, eu fico perplexo e não percebo o que é, não sei que tipo de boato é que possa ser, a única coisa que queria dizer-lhe é que, se sabe de alguma coisa, faça favor de dizer. Porque eu não faço ideia do que é que seja, portanto, é uma coisa absolutamente absurda e, como é absurdo, gostaria de saber porquê. Porque como vocês sabem, os boatos alimentam-se de coisas absurdas. É pena que cheguem aqui neste estado e estou completamente e tranquilamente à vontade para vos dizer que é absurdo. Não, de forma alguma!”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Terminou, Sr. Presidente?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Completamente, Sr. Presidente.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----”Muito boa noite a todos. Não vou repetir os cumprimentos extenso que o Sr. Presidente da Assembleia fez por todos nós no início da sessão, mas associar-me a eles. Só queria dizer duas coisas sobre este assunto. Em primeiro lugar, é que a Assembleia Municipal, para poder fazer o seu papel de escrutínio, acompanhamento e de fiscalização da atividade do Executivo, necessita de ser informada atempadamente. Eu não requeri estas informações que foram pedidas, não sei se elas vêm em tempo oportuno ou não, mas a questão é que já tive problemas de pedir informações e elas demorarem demasiado tempo e, sobretudo, esta questão de dar a informação toda de uma só vez é uma desculpa que, vão-me desculpar, não se pode aceitar. É evidente que estar a dá-la de forma parcelar ao longo de meses também é absurdo, mas se os assuntos são diferentes, a informação uma vez recolhida sobre determinado assunto pode seguir e é esse o meu entendimento e parece-me que é melhor ter alguma coisa do que não ter absolutamente nada durante muito tempo. Mas isto é uma opinião minha. Agora, eu fiquei um pouco confuso com o que aqui se passou, porque, daquilo que entendi, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse, informou que estava a indagar esforços, que da parte da Câmara Municipal não havia nenhum entrave ou nenhuma dificuldade à entrega da documentação, mas que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, faltando alguma documentação, já tendo parte dela, mas não a tendo toda, entendeu reservar-se para poder entregar tudo em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

conjunto. E aquilo a que assistimos depois foi ao Sr. Presidente da Câmara diligenciar a sua secretária ou alguém do Município, que lhe veio trazer um dossier completo à mão, que entregou ao Sr. Presidente da Assembleia aqui à frente de todos nós. Portanto, há algo um pouco... fico um pouco baralhado com isto, porque uma das duas... a versão que o Sr. Presidente da Assembleia aqui nos contou é certamente verdadeira. Então eu tenho de lhe perguntar é se o Sr. Presidente da Assembleia estava à espera que este dossier lhe fosse entregue assim desta forma, aqui nesta Assembleia hoje. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----”Sr. Presidente, às vezes nós complicamos o que é simples. Volto a reiterar as minhas desculpas a todos e, sobretudo, ao Sr. Presidente da Assembleia, foi a primeira coisa que eu disse e voltar a explicar Sr. Deputado, especialmente ao Sr. Deputado Miguel Oliveira, uma coisa muito simples: efetivamente, os serviços recolheram a informação solicitada, não estamos aqui a discutir sequer o âmbito, a dimensão e a legitimidade para tal. Porque isso são outros quinhentos. Mas independentemente disso, a nossa transparência é total. A única coisa que eu digo muitas vezes, é que, por vezes, quando é preciso reunir esta informação e nós temos naturalmente o trabalho que importa efetivamente fazer e que o temos como prioritário. Os meus serviços, os serviços que me apoiam, que me assessoram, trouxeram-me há uns tempos, provavelmente há semanas e agora estes dossiers e o entendimento que eu percebi que aconteceu é que eu queria ver o que era. Mas não tenho nada! Eu não vi e não preciso, não há nada que me preocupe da informação que aí vai, não pode haver. Foi isso. Portanto, há um zelo da parte dos serviços, no sentido de quererem que eu visse e esqueci-me de lhes dizer que não precisava de ver. Peço desculpa uma vez mais a todos e espero que fique sanada a situação porque foi só isso. E atenção, às vezes nós falhamos! Sem problema. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Presidente. Ainda assim, Sr. Deputado Miguel Oliveira, embora esclarecido, eu vou-lhe explicar que não há duas versões contraditórias, tem a ver com a forma como se explica porque nós muitas das vezes não temos que estar a explicar o preâmbulo de tudo. O que na verdade se passou foi isto: indaguei sobre a necessidade de fornecer a documentação e, numa deslocação à Câmara Municipal, constatei que a mesma já existia neste formato que aqui hoje me foi entregue. O que me foi dito na altura era que, de facto, não estavam ainda em condições para me entregar, teoricamente, porque havia eventualmente que ser analisada pelo Sr. Presidente. O Sr. Presidente explicou agora, ficamos a saber, de alguma forma entendeu que não havia nada para que ele tivesse que rever, mas vamos-lhe dizer, essa contenção na entrega, que não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

propriamente uma negação, fez com que eu aqui dissesse que, de facto, eu não as tinha ainda. Porque, entretanto, os dias passaram, isto não se passou ontem nem antes de ontem, já se passou eventualmente há 15 dias e era a minha versão e é plena e é verdadeira. Entretanto, o Sr. Presidente há-de ter comunicado algo e alguém foi buscar. Agora, a verdade é que eu já tinha visto. Só que, claro, eu não fiz a explicação exatamente dessa forma, dizendo apenas que eu sabia que estava em preparação e ela aqui está. Pronto! O que importa é que aqui está e agora vai ser facultada e terminamos por aqui essa questão, Sr. Deputado José Vidal.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----"Eu volto a dizer, eu não vi, eu não tenho rigorosamente a certeza que esteja tudo, penso que sim. Mas queria afirmar, porque pode eventualmente faltar algum tema ou algum documento e, sinceramente, eu não sei porque, volto a dizer, não olhei, não vi, não estive a ver. Muito obrigado, Sr. Presidente."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----"Sr. Presidente. Em relação às justificações que foram dadas, por mim é aceitável ou não, só estive um ano à espera, mais vale tarde que nunca. Espero é que não se torne a repetir, portanto, dentro das disponibilidades que houver, porque o Sr. Presidente sempre disse que seriam entregues, o Sr. Presidente da Câmara, inclusive, dispôs-se aqui para entregar em abril, pronto, sempre que fosse possível e, portanto, estamos nessa situação e a partir de agora tudo decorrerá dentro dos prazos possíveis e normais. Uma referência, para o Sr. Presidente da Câmara, que tem a ver com o que eu verifiquei agora aqui, que é a entrega de umas dezenas largas de folhas, devem ser umas dezenas largas de folhas, em papel. Na Câmara que tem os prémios todos de digitalização e mais alguns e no dia em que nós vamos discutir o plano de ação climática. Portanto, isto já sei que se verificou em muitas situações nas reuniões de Câmara, não compreendo como é que na época da transição digital, estando nós à frente disso tudo, não se envia tudo digitalizado, que é o que eu espero que o Sr. Presidente me envie, para não estar a acumular o papel ou a fazer o papel. Mas agradeço de qualquer maneira e, espero que a partir de agora os prazos de entrega dos documentos sejam mais curtos. Uma questão que eu queria aqui era que houve uma evocação da invasão da Ucrânia, não tomei conhecimento, muita gente que também não tiveram conhecimento desse evento, que foi aqui neste salão municipal, nós gostaríamos de ter estado presentes, aliás, como estive nos outros anteriores, mas de qualquer maneira realço e dou os parabéns a quem organizou esse evento porque é fundamental que todos tenhamos a consciência de que estamos em guerra e estamos numa guerra da Europa e uma guerra pela democracia. Portanto, o PS associa-se a essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

evocação e foi pena não termos conhecimento, não foi divulgado ou não ter chegado ao nosso conhecimento, eu pelo menos não tive e várias pessoas que se dirigiram ficaram admiradas porque viram nas redes e, portanto, agradecer a quem organizou, a quem participou e a quem está na frente de batalha pela democracia a nível da Europa. Para o Sr. Presidente, realçar que, em relação ao absurdo, disse que não ameaçou nem nunca agrediu ninguém nas instalações da Câmara Municipal, o que eu muito prezo e, portanto, que se acabem com os rumores a esse nível. Falta-me uma pergunta, Sr. Presidente, que é a questão do mercado municipal. Em que ponto é que está a contestação e o apuramento de responsabilidades de quem é que se enganou, chegamos à conclusão no outro dia que não foi o motorista, que nós não temos, mas foi o projetista. Mas se os serviços jurídicos e o Sr. Presidente estão a acompanhar essa situação? Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Humberto Moreira, por favor.-----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, senhoras secretárias, ou Sra. Secretária, neste caso, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros Deputados, público, comunicação social, a quem assiste lá em casa. A minha intervenção é muito breve. Gostava de deixar um reparo em relação aos boatos, porque às vezes escolhemos o caminho mais difícil e nunca pensamos na consequência disso. E às vezes bastava uma conversa prévia antes de fazer uma pergunta de forma tão, digamos, invasiva, porque nós podemos colocar as questões aqui que quisermos. A questão é que se nós pegarmos num boato, depois de o lançarmos, geralmente a voz de quem se pode defender nunca tem o mesmo impacto de quem o lança. E obviamente que não me revejo nesta forma de fazer política e era incapaz de fazer uma pergunta desse âmbito ao Sr. Presidente da Câmara sem antes falar com ele e tirar a limpo, porque evitávamos este bocadinho. A não ser que isso interesse a alguém! E, por isso, eu repudio fortemente e a minha bancada repudia fortemente esta forma de fazer política, porque acho que, mais uma vez, como tantas outras vezes, isto roça o ataque pessoal e roça um nível de política e é algo a que não estamos habituados, não gostamos e nem queremos. Por isso, quando ouvimos um boato, se calhar antes de espalhar o veneno, convinha falarmos com as pessoas antes para entender, para evitarmos estas figuras que às vezes fazemos, porque somos políticos e eu estou preocupado connosco enquanto políticos. Isto já anda tão mau! Temos tantas dificuldades em passar a credibilidade! Nós gostamos de andar na rua e as pessoas falam tão mal de nós! Nós, no geral, políticos. E este tipo de coisas, não gostava que elas acontecessem. Não me revejo nelas e que nos sirva de aprendizagem, porque acho que não o devemos fazer. Tenho dito, Sr. Presidente.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----"Sr. Deputado Humberto Moreira, eu respeito a sua opinião, como é lógico, porque tenho que respeitar todas as opiniões aqui. Quando alguém insinua, espalha boatos em relação a uma figura pública que nos representa, nós não podemos deixar acabar boatos. É uma responsabilidade política, quem anda na política tem que assumir isso e tem que dizer não e sim. O Sr. Presidente disse não e é não. Obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma intervenção? Não? Sr. Presidente. Faça favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----"Sr. Presidente primeiro queria aqui falar do ano, porque afinal de contas as viagens do Executivo ao Estrangeiro eram do ano de 2023, nós estamos no final de fevereiro e há um ano que ele pediu as viagens, portanto alguma coisa aqui não está correta em termos de datas, de contagens de datas, não terá sido um ano, de certeza absoluta. -----

-----**Deputado José Vidal:** É uma visão diferente.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Então, em abril já precisamos das deste ano. Depois, relativamente à questão da associação dos ucranianos de Portugal que fez aqui aquela evocação, há aqui uma questão foi-nos pedido para fazerem um encontro, mas face à ameaça de chuva, depois pediram-nos a possibilidade de ser no Salão de Nobre. Queria dizer que a organização foi da Associação. A Associação fez os convites, nomeadamente à minha pessoa e do Presidente da Câmara da Albergaria-a-Velha, até porque nós fizemos muitas coisas em conjunto, foi isso aconteceu e quanto ao resto, penso que divulgaram pelos diversos meios que têm e foi assim que nos juntámos e posso-vos dizer que este Salão estava repleto, mais do que cheio, porque as cadeiras não chegaram para todos. São dois anos de uma guerra que não deveria ter demorado tempo nenhum, não deveria ter existido, mas pelos vistos, vamos ter que continuar a ouvir falar dela. E quem sabe a sofrer as consequências também. -----

-----Relativamente à questão do mercado, eu queria-lhe dizer e repetir aquilo que N vezes já disse e volto aqui a afirmar. O nosso gabinete jurídico e também o que nos dá assessoria neste processo, estão informados que queremos, naturalmente, no final de todas estas situações apuradas e quando for oportuno que os projetistas sejam responsabilizados, porquê? Porque todas as alterações e todas as vicissitudes que temos com esta obra têm a ver com um problema com o projeto. E curiosamente volto a dizer uma outra coisa, é o único projeto que o Município teve com projeto e revisão de projeto, que eu conheça. Já tenho dito várias vezes se calhar é um caso de estudo fantástico porque,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

afinal de contas, o ter projeto e revisão de projeto pode dar-se o caso de nos valer rigorosamente nada, porque foi o caso que aconteceu em obra e volto a dizer o seguinte, em obra verificámos que as dúvidas levantadas pelo empreiteiro e os empreiteiros que concorreram à obra e que tiveram respostas por parte do projetista, viéramos a verificar que as respostas que lhe foram dadas por parte dos projetistas que estavam erradas e que, afinal de contas, as observações feitas tinham razão de ser e tiveram de tal maneira razão de ser, que tivemos que alterar o projeto, sobretudo na fase e na parte estrutural. Foi isto que aconteceu. Estamos a trabalhar, eu penso que , muito em breve, a parte da estrutura metálica vai começar a aparecer e depois todos nós ficamos com uma noção mais capaz de verificar, o que é que vai ser aquela obra que volto a dizer, é uma grande obra para a nossa terra. Muito obrigado Sr. Presidente, penso que respondi a tudo.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Mais alguns esclarecimentos, alguma intervenção? Passemos então a análise dos pontos que constam da ordem do dia: -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

2.1 - Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Avaliação da Atividade 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ de Águeda;-----

-----Neste ponto, o senhor Presidente da Assembleia começou por dar a palavra ao senhor Presidente da CPCJ, Enfermeiro Alexandre Oliveira.-----

-----**Presidente da CPCJ de Águeda - Enf. Alexandre Oliveira:** -----

-----”Boa noite, Sr. Presidente. Cumprimentar todos os presentes na sua pessoa e obrigado pela oportunidade de apresentar aqui um pequeno resumo do ano de 2023 na CPCJ de Águeda. Temos a composição da CPCJ neste momento. Ela integra todos os representantes previstos na legislação e, portanto, nesse aspeto a CPCJ, está a funcionar plenamente. -----

-----Em termos de CPCJ depois temos a Comissão Restrita, que são os técnicos que gerem os processos das crianças sinalizadas. Temos também dois técnicos a colaborar, que não fazem parte da Comissão Restrita, mas que também fazem análise e gestão de processos e que dão o seu contributo para a intervenção.-----

-----Em termos de caracterização processual, como viram nos documentos que foram distribuídos, nós temos 394 entradas que correspondem depois no ativo a cerca de 370 processos. Destes, arquivámos 170 durante o ano, sendo que durante seis meses fizeram pelo menos a avaliação diagnóstica e cerca de metade destes, fizeram também acompanhamento com aplicação de medida que nos permite trabalhar com a criança e com a família cerca de um ano ou um ano e meio a mais. Arquivados liminarmente foram 20 processos que depois de uma primeira abordagem à situação foi resolvido arquivar porque não havia risco ou porque havia falsas informações na sinalização.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Reabrimos 58 e o volume processual global é um dado importante para a Comissão Nacional, que é com base neste volume processual que são geridas as orientações relativamente ao número de horas necessárias afetas dos comissários. E, portanto, eu fui buscar os números do ano passado e nós tivemos 353 passámos para 354. Este gráfico ilustra um pouco aquilo que tem acontecido nos últimos anos. Há uma evolução do número de processos analisados. Tem sido constante nos últimos 10 anos. Eu fui olhar aqui há 2013, 2014 e haviam menos de 100, 110 processos do que atualmente.--

-----Em termos de problemática sinalizada, pode-se verificar ali a exposição a comportamentos, negligências, maus-tratos, que são de um ponto de vista, assim muito linear da responsabilidade dos adultos. Vendo a quantidade de situações que são geradas pela relação dos adultos que estão com as crianças ou próximo das crianças. Portanto, dentro desta exposição a comportamentos que comprometem o bem-estar e o desenvolvimento das crianças, 104 situações são de violência doméstica. É um fenómeno que tem vindo a aumentar, pelo menos os números que nos chegam estão a aumentar. É um número que é díspar de todas as outras situações que nós temos aqui identificadas como situações em que as crianças estão expostas a comportamentos que contribuem para o seu mal-estar. A negligência, a falta de supervisão e a negligência grave e a negligência psicoafectiva também são valores que surgem aqui, que eu quis realçar só para mostrar. Estes são processos que é necessário fazer um acompanhamento mais prolongado em que nós aplicamos medidas de apoio junto dos pais, cerca de 90% das situações, o que quer dizer que uma grande parte das situações surgem por responsabilidade dos pais ou dos adultos e depois tem que ser eles também a contribuir para eliminar ou diminuir ou fazer desaparecer o risco ou o perigo junto das crianças. 90% das situações são acompanhamentos junto dos pais. Estes números são baixos, mas este é o número que estava ativo em dezembro. Portanto, durante o ano, todos os outros processos foram encerrados, tinham outros também com medida aplicada. -----

-----Analisando o quadro resumo que ilustra as situações, tivemos 85 situações de negligência, tivemos 133 com exposição a comportamentos, que vimos há pouco, as crianças ou jovens que assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar ou desenvolvimento tivemos 52, maus-tratos físicos ou por castigo corporal 21, maus-tratos psicológicos, privação de relações afetivas, depreciação e humilhação 26, absentismo escolar ou abandono escolar 47, nas idades mais avançadas até aos 18. Os outros dados estão disponíveis no relatório que receberam, falta aqui na apresentação algo que está lá, que é o relatório relativamente à gestão administrativa e às condições em que a CPCJ opera, que são da responsabilidade da Autarquia e que têm vindo a ser cumprida como a legislação remete.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente da CPCJ. Srs. Deputados, apresentado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

este relatório anual, os Srs. podem, eventualmente, pedir alguns esclarecimentos. Alguém quer intervir. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----“Sr. Presidente, cumprimentar o Sr. Presidente da CPCJ, agradecer o envio do relatório e as análises e nem é preciso irmos muito longe para termos aqui uma responsabilidade acrescida perante esta Assembleia, visto que nós, como membros da Assembleia, participamos em várias comissões deste Município. Perante 100 casos, mais de 100 casos de violência doméstica, em 160 casos de crianças que têm em risco, vejam a dimensão deste flagelo e que nós não podemos é todos os anos estar aqui a ver e ler o número. No ano passado eram 89, este ano são 104, para o ano talvez 120 e tal e nós, os membros desta Assembleia, os membros do Executivo, não podemos ver o número. Há um Conselho Municipal de Segurança, que eu nem sei se a CPCJ participa, mas que nós aqui propusemos que participasse, nem que fosse como convidada e que deveria analisar isto, porque isto analisado no âmbito do Conselho Municipal de Segurança é muito pior do que aquilo que nós pensamos. Isto é só a violência doméstica que têm crianças, que são sinalizadas e que têm crianças abaixo dos 18 anos. Nós estamos em primeiro lugar na violência doméstica no distrito, global, estamos em primeiro lugar na violência doméstica nas crianças, acho eu que também éramos e continuaremos certamente a ser. Antes éramos os primeiros em consumo alcoólico , agora já não sei se somos, mas poderemos ter esses dados. Há uns anos éramos os primeiros na violência e no abuso sexual de crianças. Alguma coisa tem que se fazer, além de estarmos todos os anos a ler isto. Portanto, no Conselho Municipal de Segurança, eventualmente, ou outro, terão que ser tomadas medidas. O que é que vamos fazer, temos que fazer só uma sugestão, não é preciso pensar muito, mas temos que depois aprofundar. Mas nada melhor que a divulgação dos factos. Um *info-mail* a todas as famílias, a todas as casas, alertando-lhe para o fenómeno da violência doméstica, com tamanho de letra 14, não é, com letras para eles lerem, coisa simples, com os números do telefone para as divulgações, porque ali um dos dados que aqui diz é quem é que denuncia. Por acaso e ainda bem, há cada vez mais denúncias telefónicas e por *email*. Vi aqui no relatório. Era o menos, há uma maior noção, ou pelo menos as pessoas já começam a denunciar as situações. Já há denúncias dos vizinhos, a maior parte delas logicamente são as forças policiais que as fazem, mas as escolas continuam a funcionar mais ou menos bem e a sinalizar, portanto, conseguem sinalizar porque veem nas escolas, acompanham os alunos e conseguem fazer isso. Alguma coisa a este nível do Conselho Municipal, com os apoios logicamente da Autarquia e de ideias e das instituições, as escolas, temos que fazer alguma coisa, nem que seja pelo menos uma campanha sistemática contra a violência doméstica e dando os contactos ou os *emails* ou seja o que for para que as pessoas possam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

comunicar de forma informal e anónima com as entidades competentes. Depois, o Sr. Presidente se quiser poderá explicar que há ali alguns “problemazitos” na colaboração com a Segurança Social, não sei o que é que lá está, o que é que houve, mas, portanto, em geral a CPCJ tem boas relações de trabalho e de articulação com todas as entidades. Se depois puder esclarecer, alguma coisa que nós possamos saber ou não, ou que seja vista, qual é a contrariedade? Há aqui uma contrariedade, que isso tem a ver com o Executivo, que é a questão da representatividade. Isto tem um X número técnico, falta aqui pelos vistos um técnico na Comissão Restrita. Faltam técnicos, faltam horas para aquela massa processual de 300... é mais de um processo por dia que é trabalhado pelas pessoas e eles com as horas normais não fazem, só fazem isto e eu sei que vocês também sabem, mas é preciso referi-lo todos os anos, que eles fazem isso porque estão lá às 5 da tarde, às 6, às 7 e às vezes vão à meia noite para aqui, ou às onze para acolá, portanto se fossem cumprir aquelas horas não haveria possibilidade disso. Nem os técnicos que lá estão, todos eles fazem isso. Tem que arranjar, tentar é difícil, eu sei que a Câmara o Executivo também tem essas dificuldades, mas arranjar que a representante do Executivo não pode estar sete horas, não cumpre o rácio legal que foi combinado a nível dos diversos ministérios, portanto a ver se há um aumento, só tem 7 horas a representante do Município. A representante do Município já chegou a ter 21 horas lá. Neste momento tem 7. A ver se consegue, o Município é uma das entidades permanentes e tem a obrigação de cumprir o rácio até para arrastar os outros ao cumprimento desse mesmo rácio. -----

-----Em relação às necessidades, também lá vi aquela eterna necessidade que já devia estar colmatada que é, de um carro da Autarquia exclusivo para lá e descaracterizado, que é uma das coisas que a Comissão Nacional pergunta quando vem. Há que tempos que nós já trocámos de carro, já tivemos carros velhos que estavam aí, que foram trocados ainda recentemente e nenhum foi para lá. Aquilo são carros para estar dentro do Concelho, daria perfeitamente, qualquer carro daria perfeitamente, ficando acoplado ali além de ser descaracterizado, que é uma das coisas que a Comissão Nacional solicita e que aqui aparece no relatório que nós temos carros caracterizados, isto é, quando vai o membro da CPCJ vai identificado como Câmara Municipal, o que está totalmente errado e aliás poderá levantar um carro estacionado da Câmara Municipal, acontecia no meu tempo, certamente acontece num caso ou outro, está lá estacionado em frente, é da Câmara Municipal, está aqui gente, levanta alarmes ou não, nas situações de intervenção. Pronto, basicamente, eu sinto-me um bocado culpado, também estou dentro disto, mas estou disponível a ir a uma comissão qualquer, temos que alertar, temos que fazer qualquer coisa. Não podemos despejar mais trabalho em cima da comissão e daqueles colegas todos que lá trabalham, que aquilo é todos os dias, é todos os dias, é entrar todos os dias, um processo que entra por dia não sai nesse dia. Convocação de pais, ouvir pais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

irem a casa, ver as situações, falar com miúdo, ir à escola, um processo, são dias e dias de trabalho e um processo, eles estão a trabalhar, o Sr. Presidente certamente é capaz de ter na sua pasta 50 processos, não digo nada, mas não deve lá andar hoje. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigada Sr. Deputado José Vidal. Mais alguma intervenção? Não. Faça favor.-----

-----**Presidente da CPCJ de Águeda - Enf. Alexandre Oliveira:** -----

-----”Relativamente a algumas dessas questões, é assim, o Sr. Deputado José Vidal esteve lá e conhece e sabe de algumas das dificuldades do funcionamento da CPCJ e tem razão, isso está no relatório, não vim aqui para me queixar da falta de tempo ou da falta de horas dos técnicos que seriam necessários para lidar com todos estes números que aqui estão. É evidente que já falei isso das outras vezes, os números são o que são, nós podemos brincar com os números o que quisermos, mas as pessoas exigem-nos muito tempo de trabalho e sim, nós não cumprimos horários, porque os nossos horários são a resposta às dificuldades que nós temos e aos pedidos de ajuda para as crianças que nos aparecem. E, portanto, é o que é. E felizmente a equipa que está tem dado esse contributo e eu deixo aqui um agradecimento a todos eles, porque só assim é que é possível com o número de horas que temos disponíveis neste momento, dar resposta eficaz a todas estas situações. Temos horas em falta, sim. O Vidal falou na questão dos ministérios. Há um protocolo entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o Ministério da Segurança Social e a Associação dos Municípios e também com as IPSS, para que em função do volume processual serem afetadas horas dos comissários e, portanto nós temos horas em falta, sim, a Câmara tem neste momento uma técnica com sete horas, temos as duas técnicas que estão a dar apoio, que também neste momento estão na dependência funcional da Câmara e, portanto, também contribuem com algumas horas, apesar de não serem as necessárias, o nosso volume processual implicaria 28 horas para cada um dos ministérios. Portanto, a questão da Segurança Social também passa por aí, a Segurança Social também tem dificuldades em termos de técnicos e a técnica que lá está terminou os nove anos de mandato que a lei prevê e foi prorrogado por mais seis meses, portanto, temos a mesma técnica até julho deste ano nessa condição, que está a 14 horas e não as 28 que deveria. E depois temos menos um técnico, porque a técnica que estava pediu para sair da comissão restrita e ainda não nos foi possível, ainda não conseguimos substituto ou diminuir um para cumprir a lei. Porque os números são assim, nós podemos aumentar um para cumprir a lei, mas se tirarmos um cumprimos a lei e criamos outros problemas de funcionamento, é o que é. Neste momento estamos à espera, temos reunião da Comissão Alargada para tentar ultrapassar esta questão e relativamente aos outros comissários, o trabalho está a ser feito, estamos a fazer a tentativa de conseguir mais horas para lá, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um processo que demora. Penso que, a questão do carro também já falámos, sim, é uma questão que é uma sugestão da Comissão Nacional, que o carro que nós usamos seja descaracterizado. Não tem sido possível, usamos o que tem sido cedido.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. O Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----”Muito obrigado, Sr. Presidente. Uma curta declaração em nome do Grupo Municipal do CDS, agradecendo o relatório e a apresentação que aqui nos trouxe, que o Grupo Municipal do CDS na sua pessoa, agradecer o trabalho de todas as pessoas envolvidas na CPCJ e louvá-lo e voltar a salientar que nos parece de há muitos anos e que insistimos praticamente todos os anos, que esta questão do carro descaracterizado é uma coisa importante e que o Município deveria já ter resolvido este assunto há muitos anos. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma intervenção? Sr. Presidente da Câmara, quer também usar da palavra?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:**-----

-----”Sr. Presidente, queria reiterar esse nosso apreço a todas as pessoas que trabalham e que naturalmente se dedicam e que numa matéria tão sensível que têm que fazer muito mais do que aquilo que é suposto ser o trabalho normal, porque efetivamente obriga-nos a ter envolvimento, termos qualquer coisa que nos toque mais do que propriamente a simples função que é de bem, de serem um conjunto de pessoas que são destacadas de um conjunto de entidades conforme está previsto na lei. Eu só queria dizer o seguinte, nós temos cinco pessoas a colaborar ativamente pelo menos na CPCJ de Águeda, são cinco pessoas que a Câmara Municipal lá tem. Mas eu queria lembrar aqui uma coisa. A Sra. Vereadora fez parte da CPCJ e eu queria louvar também a sensibilidade com que ela tem lidado com isto porque este é um assunto tranquilo durante o ano inteiro, aliás, eu já algumas vezes falei com o Enf. Alexandre e é um assunto tranquilo durante o ano inteiro, a ligação da Câmara com a CPCJ. Pelo menos foi isso que me tem sido sempre passado e, portanto, eu folgo e queria que isso fosse, que ficasse aqui bem espelhado porque hoje é dia de relatório, mas atenção, o dia a dia da relação da Câmara com a CPCJ tem sido, eu diria, que muito tranquila. E agradeço também por isso. Muito obrigado.”-----

-----**Marlene Domingues Gaio -PPD/PSD.MPT – Vereadora:**-----

-----”Boa noite a todos e a todas, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Só esclarecer aqui algumas questões, agradecer ao Enf. Alexandre e a toda a sua equipa da CPCJ de Águeda pelo extraordinário trabalho que desenvolvem ano após ano. Reiterar aqui aquilo que o ano passado disse a este propósito, exatamente nesta Assembleia de apresentação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

do relatório relativamente ao número de horas. Houve uma recomendação no ano de 2019 para aumentar o número de horas dos técnicos. Houve uma experiência durante dois anos do aumento do número de horas por técnico e ficou por aí, foi uma recomendação. O Município de Águeda, reitero, tem para além da técnica Eliana Neves, tem as duas técnicas que foram ali alocadas, protocoladas com instituições, são duas técnicas que o Município, no âmbito dos seus protocolos de S.A.S., paga integralmente a essas instituições. Estas técnicas já colaboravam com a CPCJ e não obstante estarem a ser pagas neste momento pelo Município, continuam a sua atividade na CPCJ. Concomitantemente, a CPCJ, o Município de Águeda tem a trabalhar na CPCJ duas técnicas, neste momento só tem uma por uma questão de baixa, mas tem duas técnicas: uma técnica superior e uma assistente técnica, que fazem todo o trabalho administrativo. Depois, para que os Srs. Deputados municipais também saibam, o edifício onde a CPCJ funciona é do Município, que paga todas as despesas inerentes ao seu funcionamento, as despesas de economato, as despesas de limpeza, da água, luz, de todo o material de escritório, vamos adquirir agora uma trituradora, que é necessário porque a antiga avariou, e, portanto, tem havido, como o Sr. Presidente disse e o Sr. Presidente da CPCJ certamente corroborará, uma colaboração estreita com a CPCJ, com o seu funcionamento, sabendo que a receita que vem da CPCJ nacional não cobre nem de perto nem de longe aquelas que são as despesas do funcionamento da CPCJ e isso nem sequer está em causa. Portanto, como o Sr. Presidente disse e muito bem, nós temos cinco pessoas do Município neste momento a colaborar com a CPCJ de Águeda, no trabalho meritório, reitero, que tem realizado. Era este o esclarecimento que eu pretendia prestar. Muito obrigada.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Vereadora. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. -----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----”Muito obrigado, Sr. Presidente. Sra. Vereadora, muito obrigado pelos esclarecimentos que nos deu. Nunca tive dúvida sobre a sua sensibilidade em relação a este tema, como sabe e fico contente por saber que se evoluiu no que respeita à questão do pessoal. Agora, aquilo que eu pus em questão e que tenho posto em questão ao longo dos anos, porque me parece uma questão absolutamente evidente, tem a ver com a existência de um carro descaracterizado ao serviço da CPCJ. Custa compreender, havendo inclusive essa recomendação, que demore a ser atendida. Esta é a minha opinião. Na minha opinião até fazia mais sentido existir um carro descaracterizado da Câmara Municipal ao serviço da CPCJ, do que carros descaracterizados ao serviço dos Srs. Vereadores da Câmara Municipal, mas isso é a minha opinião. É a minha opinião! Nada impede que estejam. A questão é que eu quero saber realmente se a Sra. Vereadora, ou se o Sr. Presidente da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

permitir a responder, não é? Se a Sra. Vereadora entende que a CPCJ não deve ter carros descaracterizados? Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente, em relação à intervenção da Sra. Vereadora, a Sra. Vereadora foi técnica da CPCJ há vários anos, geriu processos, não é? Às vezes, os técnicos que não gerem processos não têm bem noção do que é aquilo. Geriu e bem e adequadamente, processos e colaborou e muito. Está é numa função diferente, a Sra. Vereadora, portanto, temos que ser muito corretos. A Câmara Municipal de Águeda só tem um representante na CPCJ e esse representante trabalha com processos e tem sete horas. Tudo o resto é logística. O Centro Social, há duas técnicas que dão três horas- elas não dão, já as conheço há muitos anos, Sr. Presidente, elas não dão três horas – elas têm lá três horas, que é o que lá têm que ter, mas elas dão seis, sete, oito, dez, doze horas, às vezes, por semana. Porque colaboram há muitos anos na CPCJ, as técnicas, passou agora as funções para a Câmara, portanto, quem pagava era o Centro Social de Aguada de Baixo, pagava os seus ordenados. Agora, a Câmara recebeu o dinheiro da transferência, logicamente que paga as técnicas e cede na mesma as técnicas, mas está a receber o dinheiro, recebeu o dinheiro para essa cedência. Portanto, às vezes, essa questão da política e dos números não interessa. Aliás, falámos no ano passado, a Dra. Eliana tem muito mais ocupações, certamente não poderá, interessa realmente é ter isso em atenção e a Sra. Vereadora terá certamente a atenção, o alerta é esse, sempre que possível, aumentar o número de horas da representante da Câmara. Portanto, isso aí é uma parte importante. A parte do automóvel, já falámos há um ano, aliás, dissemos: “Quando for possível”. Às vezes não é possível, mas, quando for possível, soubemos que foram comprados uns automóveis entretanto, que podia ter ficado um daqueles que foi para abater ou vendido, não sei. Portanto, a ideia aqui que nós falamos é na possibilidade. Nunca, quando eu fui Presidente, tive nenhuma queixa da Autarquia a esse nível da discussão ou de cedência de automóveis. Mais, os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente chegaram a ceder automóveis que tinham ali em função, porque já não havia outros, eles cediam os deles. Os deles, que são do Município, mas que estavam ao seu serviço. Portanto, nunca houve essa questão. Aqui é tentar melhorar, porque realmente agravou-se. Eu lembro-me de nós falarmos em 260 e tal processos, ou 272, em 2014. Estamos em 363, aqui. Pronto, é reconhecer os colegas, claro, reconhecer o trabalho da autarquia neste âmbito e tentar que haja mais apoio naquilo que for possível. Logicamente, às vezes, não há técnicos suficientes, mas sempre que pensarem nalguma introdução de técnicos para a Autarquia, pensem também quem é que poderia aumentar o número de horas na CPCJ como técnico efetivo. Obrigado.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado José Vidal. Sra. Vereadora, faça favor.--

-----**Marlene Domingues Gaio -PPD/PSD.MPT – Vereadora:**-----

-----"Só aqui esclarecer mais uma situação. O Município recebe efetivamente o valor para pagar a estas técnicas, podia destiná-las unicamente ao trabalho municipal – não o fez, continuou a afetá-las à CPCJ, entendendo que era um trabalho importante e determinante. Recordo ainda que a composição da CPCJ, quer na comissão alargada, quer na restrita, pela lei, é determinada a multidisciplinaridade dos técnicos, os representantes da Segurança Social, da saúde, dos Municípios, das instituições, é suposto que haja uma multiplicidade de técnicos, quer pela sua formação, quer pelo trabalho que desempenham no terreno, na composição da própria CPCJ. Nem parecia correto que o Município afetasse lá três ou quatro, ou cinco pessoas. É importante que as instituições da comunidade tenham também lá representação. E, portanto, relativamente a esta questão, penso que está sanado. Relativamente ao veículo – nós não temos, no Município, só veículos identificados, utiliza quando precisa, sem qualquer obstáculo, nunca houve qualquer tipo de impedimento, todo dia ou a qualquer hora. Portanto, julgo estar esclarecida também esta questão."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Vereadora. Srs. Deputados, estamos resolvidos quanto ao tema. Sr. Presidente da CPCJ, vê necessidade de mais alguma intervenção da sua parte? Muito obrigado. Bom, eu também não deixarei de lhe manifestar os meus agradecimentos, não só pela sua presença e pela sua disponibilidade no que respeita à apresentação deste relatório anual. Também registar, de facto, a importância que todos vós têm para com este flagelo, para todas estas nuances que nós sabemos, que afetam não só, obviamente, o nosso Concelho, são transversais a todo o país, a todo o mundo, obviamente, a vossa presença e trabalho é imprescindível, é essencial. Desejo-vos, de facto, que mantenham esse espírito e que vão encontrando, obviamente, o melhor daquilo que é possível a sociedade transmitir àqueles que, de alguma forma, não a sabem gerir tão bem. Diga? Faça favor.-----

-----**Presidente da CPCJ de Águeda - Enf. Alexandre Oliveira:**-----

-----"Obrigado por algum reconhecimento do trabalho que nós fazemos, é para isso que nós lá estamos e é só para deixar aqui mais uma nota – é que nós estamos numa situação em que nos apercebemos do que está a acontecer na sociedade, na comunidade, porque o nosso foco são as crianças e o seu bem-estar, o seu superior interesse, como diz a lei, mas nós temos a noção de como é que os pais se comportam na relação com o tecido empresarial de trabalho, com os apoios de ação social, com as relações com a escola e, portanto, nós fazemos essa avaliação da criança e do seu núcleo familiar, e nós percebemos como é que esta sociedade, como é que esta comunidade está a disponibilizar apoios e de que forma é que estas famílias estão a recorrer a esses apoios. Falou-se há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

pouco no Conselho Municipal de Segurança, nós não temos assento, mas temos participado nas reuniões e nalgumas reflexões, com a rede social, agora, mais recente, com a Garantia para a Infância, que também permite abordar algumas destas questões. E há aqui algumas mudanças, há aqui algumas evoluções nesta abordagem, mas as questões de fundo relativamente à exposição a comportamentos, portanto, a responsabilidade dos adultos ou a violência doméstica no seu singular, tudo isto tem que ser analisado por este tecido da comunidade de Águeda e tem que ser partilhado a este nível. E, portanto, esta passagem para a Câmara trouxe essa responsabilidade, do meu ponto de vista, que é poder agregar a comunicação de todas estas respostas para diminuir o número de processos que chegam a nós. Este pode ser um dos caminhos para diminuir o número de processos que nós temos, porque se a primeira linha funcionar de uma forma mais proativa de comunicação entre elas, certamente vão resolver algumas das situações, e, estas situações não podem ser trabalhadas só na resposta ao que acontece, têm que ser trabalhadas muito na prevenção e isso é algo que este concelho está a caminhar para lá e, como disseram já, tem que caminhar muito mais, tem que haver muito mais trabalho de prevenção nestas matérias que são mais sensíveis e que estão a aumentar na comunidade. Portanto, a nossa é uma resposta que vai resolvendo algumas das situações e, se me permitem quase o exagero, as crianças e as famílias que chegam a nós são aquelas que acabam por ter mais ajuda e poderem ter alguma mudança na resposta para aquela criança ou para aquele jovem, enquanto que os outros que não chegam estão um pouco perdidos, sem alguma orientação, e, portanto este trabalho de base de prevenção tem que avançar e tem que ser mais explorado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente da CPCJ pelo testemunho. Vamos então avançar nos pontos do período da ordem do dia. -----

2.2 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração modificativa número 1 ao Orçamento de 2024.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer introduzir o ponto? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----“Sr. Presidente, vou pedir ao Sr. Vice-Presidente para o fazer.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Vice-Presidente, por favor. -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal - Edson Carlos Viegas dos Santos:** -----

-----“Sr. Presidente, Srs. Deputados, público, muito boa noite a todos. É a primeira alteração modificativa, houve a necessidade de criação de novas rubricas, quer na parte da receita, quer na parte da despesa e foi respeitado o equilíbrio orçamental, portanto, estão aqui as rubricas que foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aumentadas e as que foram baixadas, se houver alguma dúvida, alguma questão, estou disponível para responder.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Srs. Deputados, alguma intervenção que desejam no ponto? Sr. Deputado Mauro Ezequiel, por favor. -----

-----**Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:**-----

-----”Boa noite a todos. Sintam-se cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. O Sr. Vice-Presidente deu aqui uma explicação, mas, no final de contas, não explicou nada. Nós queríamos tentar perceber quais foram as alterações, o porquê e o que é que diz respeito a cada uma das alterações. O que é? Aumentou a despesa em 400.000 euros num ponto, diminuiu no outro, em quê? Diz... construções, viadutos e aumentos, diminuiu 600.000 euros; aumentou em instalações, desportivas e recreativas, 400.000 – que instalações são essas? Era isso que a gente queria saber. Agora, dar uma explicação pela rama, entre aspas, que é o que se costuma dizer, acho que não se entende. Portanto, isto é a primeira modificação... estamos em fevereiro, já estamos com a primeira modificação, gostaríamos de perceber, no concreto, o que é que são estas desafetações, entre aspas e afetações a rubricas distintas, tanto na receita como na despesa. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mauro Ezequiel. Mais alguma intervenção, Srs. Deputados? Não? Então, Sr. Vice-Presidente, pode usar da palavra.-----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Bem, em concreto, não lhe vou responder, porque também não tenho todas de cabeça, sinceramente, não tenho. Vou fazer-lhe chegar uma a uma por e-mail, para não haver gastos de papel, mas vou lhe fazer chegar essa informação, se calhar a todos. Acho que é melhor a todos, que fica mais claro. Obviamente, o orçamento foi feito em novembro, há receitas que estão aqui, que teve que ser alterado, porque houve receitas que não estavam previstas, e, para as cabimentar, para poder dar entrada, tivemos que aumentar essas rubricas das receitas - estão aí bem explicadas quais foram as rubricas. Estão por números, mas se ligar isto ao orçamento, consegue saber exatamente quais foram as rubricas. O que o Sr. Deputado pede, é qual foi a razão em concreto – não as tenho todas na cabeça, sinceramente, não as tenho, mas vou fazer chegar essa informação a todos... houve aumento de receita nalgumas rubricas, também houve despesa que aumentou e outras que diminuíram, portanto, houve um equilíbrio, manteve-se o valor global do orçamento, não houve aumento, agora, houve receita que não estava prevista entrar e que tivemos que aumentar as rubricas da receita para poder cabimentar e dar entrada dessa verba, assim como houve despesas que não estavam previstas e que, neste momento, umas foram baixadas... houve uma regularização do orçamento. Não sei se respondi? -----
Mas eu vou vos dar a resposta por e-mail e vão ficar a saber as razões em concreto. Essas rubricas, eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

acho que tem a ver com a renovação do relvado natural do Estádio Municipal. Era uma das despesas que nós não sabíamos se íamos fazer ou não, havendo a possibilidade vamos avançar com isso, portanto estamos a tratar desse processo e inserimos desde já. Essa rondará os 300.000 euros. Os outros 100.000 euros, são outras despesas que eu não estou a ver em concreto, mas são despesas mais pequenas que são repartidas por vários projetos que temos. Portanto, não são 400, mas são os 300.000 que estão previstos para avançarmos uma vez que também o Recreio faz 100 anos e achamos que estará na altura. Obrigado.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Terminou, Sr. Vice-Presidente?-----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Sim, obrigado.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, mais algum esclarecimento? Podemos avançar para a votação do ponto? Muito bem. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com 11 abstenções (7 PS e 4 CDS), a proposta n.º 48/2024 da Câmara Municipal de alteração modificativa número 1 ao Orçamento de 2024”.-----

2.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de retificação do despacho do Sr. Presidente, de retificação da proposta número 407/2023, aprovado pela Câmara Municipal a 16 de novembro de 2023 e pela Assembleia Municipal a 4 e 5 de novembro de 2023 – “Redução da taxa de IMI, (artigo 112.º-A), em função do número de dependentes”. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, alguma explicação extra?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----“Sr. Presidente, penso que está bem expressa na nossa proposta e peço que ratifiquem uma decisão que tive que tomar no dia 19 de dezembro, no sentido de alterarmos as reduções pelo número de dependentes em sede de IMI para as nossas famílias. De acordo com a alteração legislativa que houve entretanto, os nossos valores não estavam corretos e, portanto, foram aumentados para 30 euros por família com um dependente, 70 euros para famílias com dois dependentes e 140 euros para famílias com três ou mais dependentes. Era esta retificação que, no momento em que tivemos que carregar no portal da AT, na Autoridade Tributária, estas reduções, naturalmente que, nesse momento, tive que tomar essa decisão e, portanto, peço a vossa retificação. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguma intervenção? Podemos então passar à votação?-----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 12/2024 da Câmara Municipal para retificação do despacho do Sr. Presidente, de retificação da proposta número 407/2023, aprovado pela Câmara Municipal a 16 de novembro de 2023 e pela Assembleia Municipal a 4 e 5 de novembro de 2023 – “Redução da taxa de IMI, (artigo 112.º-A), em função do número de dependentes”.-----

-----**2.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas necessárias à ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 e declaração de utilidade pública das faixas de terreno sobre as quais se pretende constituir a servidão administrativa.**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----“Sr. Presidente, depois de elaborarmos todos os projetos, as obras que temos vindo a conseguir o financiamento do PRR para a sua execução estão a começar a passar à fase de execução. Esta declaração de utilidade pública dos terrenos e das parcelas que são necessárias à construção desta via de acesso do IC2 ao Parque Empresarial do Casarão e a construção de uma passagem superior também é absolutamente essencial. E, portanto, peço a esta Assembleia que vote em conformidade para que tenhamos a declaração de utilidade pública destas parcelas e das servidões. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, querem intervir no ponto? Sr. Deputado Mário Vasconcelos. -----

-----**Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos – PPD/PSD.MPT:**-----

-----“Sr. Presidente, só para lhe dar nota do seguinte, eu sou parte envolvida neste ponto e, portanto, vou-me retirar da Assembleia para se produzir a discussão e a votação deste ponto. Era só isto que lhe queria dizer. Com licença.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sr. Deputado, faça favor. Srs. Deputados, mais alguma intervenção neste ponto? Podemos então passá-lo à votação? -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 76/2024 da Câmara Municipal de declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas necessárias à ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 e declaração de utilidade pública das faixas de terreno sobre as quais se pretende constituir a servidão administrativa.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Ora, vou ter que colocar à consideração desta Assembleia, foi-me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

solicitado pelo Executivo que se procedesse aqui a uma alteração à ordem de trabalhos, no sentido de antecipar dois pontos, que serão o ponto 2.21 e o ponto 2.22, com a seguinte justificação: são dois pontos de apresentação técnica, os técnicos que vão apresentar tanto um ponto como o outro, encontram-se presentes nesta Assembleia, alguns deles não são sequer do Município, são de longe e como eu disse antecipadamente que se poderia avizinhar algum alongamento desta sessão para uma outra que viesse a ser marcada adiante, por uma questão quer de produção dos pontos, quer de respeito por quem os vai apresentar, o Executivo entendeu, de facto, que se deveria alterar a ordem de trabalhos. Ponto 2.21 e ponto 2.22. Obviamente, esta questão carece de aprovação por parte da Assembleia e eu vou ter que colocar à votação. Pergunto se alguém vota contra esta alteração do ponto 2.21 e ponto 2.22, no sentido de os colocar imediatamente à discussão? Alguém vota contra? Alguém se abstém? Muito bem, aprovado. -----

2.21 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Águeda.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sei que estão técnicos para o efeito, queira por favor dirigir-se aqui ao púlpito e farão a devida apresentação do ponto e depois, disponíveis para algumas intervenções que vos sejam solicitadas. Muito obrigado.-----

-----**Engenheiro Rui Pedro Henriques da equipa técnica da IrRADIARE:**-----

-----"Bom, antes de mais, boa noite a todos e obrigado pela oportunidade de apresentar o Plano Municipal de Ação Climática de Águeda. Tenho a indicação de que terei de ser sucinto na minha apresentação. A eficiência é uma coisa na qual também trabalhamos bastante e, portanto, ajudem-me aqui a tentar transmitir-vos em 10 minutos aquilo que será o Plano Municipal que conduzirá Águeda à neutralidade carbónica até 2050. Nesse sentido e prestando um breve enquadramento daquilo que é o Plano Municipal de Ação Climática de Águeda. O Município de Águeda já tinha aderido ao Pacto de Autarcas em 2008, tinha estabelecido uma meta inicial até 2030. No entanto, essa meta, face também às alterações legislativas que surgiram entretanto, foi tornada mais ambiciosa. Nesse sentido, o Município alarga o âmbito do seu compromisso e estabelece aqui três metas: até 2030, uma redução de 55% das emissões de CO2 equivalente; até 2040, entre 65% a 75%; e então, até 2050, como dizia inicialmente, a neutralidade carbónica, isto significa uma redução de 90% das emissões de CO2 equivalente, face a valores de 2005. Este plano engloba dois tipos de medidas, medidas de ação e medidas de mitigação, elas não são estanques, não são divergentes umas das outras e são 57 medidas, para além de todas aquelas que o Município tem já em curso e que fazem com que esteja já numa trajetória descendente relativamente às suas emissões de CO2. Como dizia inicialmente, este Plano Municipal de Ação Climática foca-se em dois aspetos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fundamentais, a mitigação e a adaptação. As ações de mitigação são aquelas que, tendencialmente, farão o Município reduzir as suas emissões de CO₂, muito por via da atuação em termos do consumo energético e as ações de adaptação são aquelas que, não sendo possível evitar, de todo, toda a alteração, aquilo que já está a acontecer a um nível mais global, isto não é uma questão que ocorra apenas em Águeda, é obviamente uma questão global, fazer com que o território e com que as pessoas se possam adaptar e possam manter o seu bem-estar, a sua qualidade de vida nas alterações que já todos sentimos no dia a dia. Dessa forma, a metodologia aplicada tem a ver com a identificação inicial de quais é que são os gases com efeito de estufa que serão considerados. O CO₂ é, obviamente, aquele que é mais conhecido, aquele que é mais falado, mas a razão pela qual usamos o termo “CO₂ equivalente”, é porque existem outros gases, como o metano, os gases fluorados e os óxidos e azoto, que também são contabilizados nestas emissões e que ocorrem da atividade humana, digamos assim. Portanto, tem a ver não só com as atividades económicas, mas com o nosso dia a dia. Todos estes gases têm mais ou menos efeito de estufa e são eles que fazem com que haja um aumento global médio da temperatura e é sobre eles que temos de atuar, como dizia inicialmente, nas medidas de mitigação, por forma a conseguir reduzir as emissões associadas. Nesse sentido e como dizia também, essas emissões estão globalmente associadas ao consumo de energia, ao consumo de energia final e temos aqui um retrato daquilo que já aconteceu. Como dizia, já existe uma redução entre 2005 e 2021 de cerca de 10% do consumo global de energia, uns setores mais, outros menos, alguns até aumentaram de consumo, mas é este o retrato, é sobre estes números, é sobre esta base que temos de atuar. É importante, obviamente, termos uma perceção de qual é que é o caminho evolutivo. Esta é a imagem, tendencialmente, obviamente, portanto, estamos a fazer aqui alguma, não diria “futurologia”, porque, obviamente, é baseada em modelos macroeconómicos e em modelos sociodemográficos também e que faz com que percebamos como é que, tendencialmente, o consumo de energia irá evoluir até 2050, é sobre esta base que vamos atuar. E, associado a este consumo de energia, existem estes fatores e esta emissão total de CO₂. Perceberão rapidamente que os setores não diminuem ou não aumentam da mesma forma, ou de forma linear, isto tem a ver com o mix energético usado em cada um dos setores e, portanto, o facto de usar mais energia elétrica ou de usar mais gásóleo faz com que haja uma emissão específica de um determinado setor que seja maior ou mais pequena, até porque, tendencialmente, teremos eletricidade cada vez mais verde, enquanto que o gásóleo, eventualmente o sintético, portanto, podemos entrar aí em especificidades, poderá ser um bocadinho mais verde, mas a emissão estará lá na mesma associada. E, dessa forma, esta é a divisão que temos em termos de gases, como dizia, o CO₂ é aquele que tem a maior expressão, mas temos aqui também azotos sobre os quais é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

necessário atuar e é também necessário ter em atenção. Estas medidas de mitigação, então, foram elencadas, como dizia, num conjunto de 57 ações, estes são os setores em que elas estão divididas e foram identificadas aqui as tais duas metas entre 2030 e 2050, em que foram identificados os custos estimados, previsíveis para estas datas, a redução de consumos associada à produção de energia e a reduções de CO2 equivalentes a esta redução de consumo, quer seja pela redução de consumo efetiva, portanto, um aumento de eficiência, quer seja também pela produção, e, portanto, aqui pela substituição, ou do vetor, ou pela substituição da fonte energética. O que nos permite ter então aqui uma estimativa daquilo que representará, em termos de investimento, a execução deste plano. Chamo à atenção e é uma ressalva que gosto sempre de fazer, este plano é um plano de ação municipal, o que não quer dizer que ele seja para executar pela Câmara Municipal, ele é para executar por este território – as pessoas estão envolvidas, as empresas estão envolvidas, os serviços estão envolvidos, toda a população está envolvida e esses custos estimados, obviamente, estão aqui também vertidos. É de todas estas ações que se faz a naturalidade carbónica em 2050. E, mais uma vez, chamo à atenção para as metas de 55%, em 2030 e 90%, em 2050. Por outro lado, todos nós já sentimos, no nosso dia a dia, que há alterações ao nível climático. É necessário adaptar as pessoas, é necessário adaptar os ecossistemas, é necessário fazer com que consigamos continuar a viver bem e este bem significa com qualidade de vida e com saúde, com segurança, em termos sociais também. Para estabelecer estas medidas foram identificadas, aliás, duas metodologias, uma que tem mais a ver com a metodologia ADAM, de apoio à decisão e adaptação municipal e outra também, que é o UKCIP, Adaptation Wizard, que foi adaptado pelo Pacto de Autarcas, e, portanto, em combinação das duas, são identificadas estas cinco etapas que temos aqui apresentadas. Obviamente, a preparação, que tem a ver com aquele trabalho de casa, vá lá, que fizemos inicialmente, identificar os setores, identificar os vetores em que vamos atuar, identificar também as vulnerabilidades climáticas e, portanto, aquilo que está à nossa volta e que pode ser de alguma forma prejudicial ou que pode dificultar a nossa vivência, de que forma também é que elas vão alterar-se no futuro, portanto, as vulnerabilidades climáticas futuras, identificar obviamente as opções de adaptação, perceber o que é que temos de fazer para responder a estas alterações e o último ponto, a monitorização, sendo o último ponto, diria eu, que é também dos mais importantes, é ele que nos permite saber se efetivamente estamos a cumprir aquilo a que nos propomos. Nesse sentido, foram efetuadas as projeções climáticas, esta é a ficha climática do Concelho, em que são identificadas quais são as principais vulnerabilidades que podem afetar. Portanto, aqui a diminuição da precipitação média anual, os ventos fortes e tempestades e também o aumento da temperatura média anual, em especial as temperaturas máximas. E, como dizia, no terceiro ponto, é feita uma projeção da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

alteração futura destas vulnerabilidades climáticas, tendo aqui neste diagrama o tempo presente, o médio prazo e o longo prazo e a forma como estas vulnerabilidades vão mover-se, vá lá, em cada uma destas matrizes, quer em termos da frequência da ocorrência, quer também em termos das consequências que podem ter para a população. Dessa forma, os setores vulneráveis são estes que estão aqui identificados, portanto, basicamente, como dizia há pouco, todos aqueles que afetam a nossa vivência no dia a dia, o financeiro, transporte, biodiversidade, turismo, saúde, energia e, portanto, tudo aquilo que nos rodeia. E foram então identificadas as opções de adaptação. Como dizia, não são os tanques relativamente à mitigação, muitas delas combinam-se, ao todo são 57 medidas, volto a lembrar e foram divididas então, estão aqui algumas destas opções de adaptação, com a programação, portanto, quando é que elas serão postas em prática, muitas delas continuarão até 2050, algumas terão uma fase de ação, digamos assim, mais inicial e neste caso não temos redução de emissões, não temos produção de energia associada, obviamente temos um investimento, se nós fizermos uma ação de divulgação ela tem um custo, tem pessoas envolvidas, tem materiais envolvidos e, portanto, ela representa um custo. Se isso vai diretamente reduzir a quantidade de energia que nós temos ou as emissões que fazemos, diretamente não, não tem uma ação direta, no entanto, tem uma consequência indireta e é isso que vai fazer também com que haja uma transmissão de informação e com que a monitorização também seja efetiva e nós consigamos perceber aquilo que está a acontecer com o que estamos a fazer. Como dizia, para além destas 57 medidas, diria eu, para o tempo presente e futuro, há aquilo que já está a acontecer, o Programa de Ação para o Ambiente é um exemplo do que já está a acontecer e este Programa de Ação permite disponibilizar as ferramentas de planeamento, promover atuações direcionadas, apoio à implementação de políticas ambientais e atua sobre um conjunto de áreas, são estas cinco que estão aqui, a qualidade do ar, da água, a natureza, biodiversidade, resíduos, a economia circular e o ruído. Não são áreas, digamos assim, da ação climática, mas são elas que também providenciam o bem-estar e dessa forma, todas as alterações que estão à nossa volta de contexto fazem com que tenhamos ter uma atenção cuidada relativamente a todos estes cinco pontos, porque são eles que permitem efetivamente manter a qualidade de vida, manter a segurança, manter a saúde da população. Em cada uma destas áreas temáticas são então identificados um conjunto de indicadores que nos permitem efetivamente então passar à área de monitorização e perceber em cada um destes setores como é que estamos a atuar e mantermos, quer em termos legislativos e regulamentares e, portanto, em algumas questões como, por exemplo, a qualidade do ar e o ruído e obviamente a qualidade da água também, existem parâmetros a cumprir, eles são legislados, são regulamentares e, portanto, não há nada a fazer relativamente a isso, mas há a monitorização a fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e, portanto, há, como vimos há pouco, perdoem-me o exemplo que se calhar é um bocadinho distante, na CPCJ víamos a evolução dos números, aqui também temos de ver a evolução dos números, temos de perceber para onde é que vamos, que é para perceber se estamos a ir no caminho certo. E obrigado, espero que tenha cumprido o meu tempo, não vi efetivamente, estou obviamente disponível para qualquer questão que queiram colocar.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Engenheiro Rui Pedro Henriques. Senhores deputados, pretendem de facto intervir? Alguma explicação extra? Alguma intervenção a este ponto? Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente da Assembleia, começo por agradecer o excelente trabalho que foi feito pela empresa e pelos técnicos da autarquia. Não dá aqui para ler tudo, ver tudo, cuidar de tudo, temos que confiar no documento e na capacidade de quem o fez. Agora há aqui responsabilidades nossas. Muitas destas medidas, algumas, de uma forma ou de outra, de uma certa graduação ou de outra, já estão a ser efetivadas em termos do Município, já há algumas coisas em marcha, não começamos do zero. Mas há aqui alguns dados preocupantes, fundamentalmente na parte do diagnóstico, que aconselharia todos a ler e que deveria ser de conhecimento de todos, que é assim que se coloca as pessoas dentro dos problemas. Por exemplo, o índice de dependência e vulnerabilidade, que é aquilo que nos cria problemas cardiovasculares, respiratórios, que nos cria, portanto, os problemas mentais, comportamentais de aumento, somos os primeiros no distrito. Não é para ganhar prémios, mas somos também acima da média nacional. Portanto, estamos à frente numa coisa que é negativa. Ora, isto implica cumprir mais rigorosamente todas estas medidas, foi a partir deste diagnóstico que é feito um plano de ação. E, portanto, implica que haja um certo cumprimento e avaliar as metas que nos levarão a isso. Eu só vou abordar, logicamente, não há tempo, aqui algumas situações. A nível dos transportes, mobilidade, houve uma diminuição das locações a pé, diminuição. Diminuição das locações de autocarro, diminuição de transportes públicos, diminuição de comboio, diminuição de bicicleta, aumentou a utilização do automóvel. Aliás, nos estudos que já trouxemos aqui uma vez à Assembleia, somos os primeiros a nível dos 308 Concelhos na utilização do automóvel. E isso é mau.. não é mau, é muito mau, é um prémio que nós devíamos estar invertidos. O que é que aconteceu em 10 anos que piorámos todos os índices de mobilidade no que diz respeito ao equilíbrio energético e à questão carbónica? O que é que aconteceu? Quando nós temos alguns projetos, utilizamos algumas ações, mas nenhuma delas deu resultado. Há projetos em Águeda, de aprendizagem de bicicletas nas escolas, positivo, já há vários anos. São sistemáticos. Positivo. O objetivo é que os miúdos cheguem todos ao 4º ano e tenham contacto com a bicicleta e que saibam andar e equilibrar-se numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

bicicleta. Positivo. O que é que acontece então para que eles depois, mais tarde, deixem sua utilização, é que a seguir a esta pré aprendizagem eles mudam de ciclos e ao mudar de ciclos tem que ter novos jogos, novas motivações. E nós aí perdemos as motivações, tornamos a encontrá-las quando somos adultos, numa forma muito reduzida, diga-se passagem, já aqui foi visto, quando encontramos aí as situações de bicicletas elétricas que o executivo e bem lentamente vai espalhando, mas com três bicicletas, com quatro bicicletas e que já verificámos até aqui no outro dia do relatório, que é cada pessoa, utilizador, estraga uma bicicleta e meia. Portanto, estragam-se mais bicicletas do que utilizadores, as pessoas que as utilizam. Mas lentamente faz-se o seu caminho. Mas até à idade adulta não há nada. A partir do momento em que ele aprende, não há nada. E se nós temos que julgar e conhecer, é conhecer o desenvolvimento das pessoas, neste caso das crianças e jovens. Temos que os desafiar. Há desafios próprios que é aos 10 anos funcionam sempre, há outros que só funcionam até os 12, 13 anos e há outros que só funcionam a partir dos 14, 16, 17 anos. E essa fase não está aqui e é preciso aqui, por exemplo, eu só estou a ver em relação às bicicletas, já propus aqui há dois anos e no ano passado, por exemplo, a utilização de comboios de bicicletas para irem para as escolas. E disse que não pode ser em todo lado, mas poderia ser em Fermentelos e poderia ser em Aguada, que são mais planos. Em Lisboa começaram com um projeto experimental no primeiro ano com 40 turmas e agora aquilo é o fim do mundo porque todos eles que querem ir de bicicleta para a escola. Porque nada mais interessante para um miúdo de 11, 12, 13, 14 anos do que irem em grupo de bicicleta para a escola. Portanto, são experiências simples, mas que começam a aderir mais! Houve aqui Oliveira de Azeméis que distribuiu 500 bicicletas, não comprámos mais 15 públicas, distribuímos 500 bicicletas! Criou-se impacto. Com o regulamento adequado, em que ao fim de X quilómetros lhe era dada a bicicleta e ao fim de X quilómetros ele teria um prémio, ele teria sempre tendência para no fim de semana, além das deslocações que faz para a escola, andar mais, mais, mais, mais para vencer o objetivo. Portanto, são coisas relativamente simples, não é preciso inventar porque estão inventadas, é só preciso adaptar, existem em vários Municípios do país e que poderia continuar a fazer a utilização da bicicleta nessa chamada idade morta. Qual é a idade morta? É entre os 10 e os 20 anos. Depois, mais tarde, os adultos têm opções, fazem as suas opções ou não. Portanto, isso só em relação ao transporte. É preciso fazer um esforço visto que estamos em primeiro no país na utilização do automóvel. Depois temos aqui a questão que eu falei também já aqui uma vez, a floresta. Os dados dizem que temos 85% de eucalipto, 10% de pinheiro e 5% de todas as restantes espécies. Não pode. Temos de tomar medidas. Quais são as medidas? As públicas. Quais são as medidas públicas? O Sr. Presidente da Câmara pode decidir politicamente não se planta mais nenhum eucalipto em espaço público. É dele, é nosso! Nós não precisamos do dinheiro do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

eucalipto. Nós precisamos é de assegurar o futuro das nossas gerações, dos filhos, dos netos, o melhor possível. Precisamos contribuir. Não podemos olhar para 85% do eucalipto, para estes dados que estamos em primeiro na vulnerabilidade de problemas cardiovasculares, respiratórios, etc. e não fazer nada! Nós temos que fazer alguma coisa, portanto, o Município não precisa de receitas do eucalipto a hipotecar o futuro das pessoas. Eucalipto, estamos a falar, “eucaliptar pessoas”. Portanto, é uma decisão que pode ser tomada. Mais! Os Srs. Presidentes de Junta, há aqui várias Juntas que têm grandes áreas florestais e essas áreas florestais são de eucalipto, que têm uma rentabilidade muito forte para as freguesias. Deve a Câmara articular possibilidades de financiar as Juntas para que eles possam não plantar tantos eucaliptos, para que eles sempre que houver cortes, se possa ir renovando lentamente. Agora não fazer nada, olhar para o lado, assobiar e dizer que a culpa é dos outros, não pode ser. 85% do Município só em eucalipto? Temos que fazer alguma coisa. Nós não podemos estar constantemente, temos que desviar recursos para a parte ambiental e a parte ambiental do futuro. Pequenas coisas. Estradas. Eu lembro-me de um Presidente da Câmara em Viseu, nos anos que já lá vão, o Carrilho, pai do outro que depois foi Ministro, que a primeira coisa que fez em Viseu depois do 25 de Abril, ele era um ditador total, já antes e depois continuou a ser, não havia nenhuma estrada, a primeira coisa de um projeto de estradas era pôr árvores. Ainda não havia sequer o arruamento, não havia nada, já estavam as árvores nesta altura. Quando aquilo ao fim de três anos estava pronto, já as árvores estavam crescidas. Hoje, vocês vão a Viseu, passaram 40 anos e a maior parte daquelas ruas tem árvores. Árvores, todas aquelas ruas cheias de coisas, árvores. Aqui também fazemos isto, arranjámos a rua lá de baixo, tirámos as árvores todas. É mais ou menos parecido. Portanto, temos que fazer isto mas temos talvez que dar alguns saltos mais à frente que nos tornem um bocado diferenciadores. Para acabar, sei que o Sr. Presidente esclareceu aqui no outro dia da apresentação do projeto e acho muito bem que plantavam centenas ou milhares de árvores por ano no Município. E acho bem, só que temos que fazer mais, mas muito mais, porque já faz isso e bem, tem essa sensibilidade e temos que ir para mais. Perante estes dados, por isso é que eu disse que vos aconselho a ler as primeiras 30 páginas do diagnóstico e depois olhar: eh pá, já vemos, já aprovámos, todos por unanimidade e alguém que faça. E obrigado à empresa, obrigado aos técnicos. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado também, Sr. deputado José Vidal, Sr. deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----”Muito obrigado Sr. Presidente. Em primeiro lugar agradecer a apresentação. Nós estamos de uma forma global de acordo com o plano e, sobretudo, uma das coisas que nos agrada é o ênfase



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que foi feito na questão da monitorização. Porque efetivamente só conseguimos saber se as coisas estão a funcionar no sentido que pretendemos e se aquilo que propomos está a dar frutos, se formos encontrar ferramentas que nos permitam fazer uma avaliação constante desse percurso. E, portanto, também por isso, eu sei que faz parte dos bons planos fazer a monitorização e a avaliação, mas nem sempre isso acontece aqui e nem sempre essa valorização é feita e, portanto, desta vez é feita e eu quero salientar isso. Muito obrigado pela vossa apresentação e pelo vosso trabalho, naturalmente o Grupo Municipal de CDS votará favoravelmente esta matéria. Em relação a algumas questões que aqui foram colocadas, se alguém as pudesse ajudar a esclarecer, eu diria o seguinte. Isto é um palpite, ok? Isto são palpites. Pode-se discutir se são mais ou menos educados, mas são palpites. Se olharmos para o mapa de Águeda e para o seu relevo, compreendemos imediatamente porque é que a população de Águeda tem tanta necessidade de uso de transporte próprio, seja ele mota, bicicleta ou carro. A nossa povoação é dispersa ao longo de eixos viários que fazem milhares de quilómetros. Perfazem milhares de quilómetros literalmente. E, portanto, as pessoas para se deslocarem têm de se deslocar de alguma forma porque a pé não chegam a tempo. As pessoas, apesar de viverem numa zona de características mistas, entre rural e urbano, têm uma vida mista nesse mesmo sentido. Em parte rural, em parte urbana. E precisa de fazer as deslocações que as pessoas nos grandes meios urbanos têm de fazer, por grandes distâncias. E não existe uma rede de transportes públicos e dificilmente alguma vez existirá, que consiga satisfazer todas as necessidades. Isto coloca logo à partida Águeda no topo da lista dos candidatos, sendo um Concelho tão vasto e com a população que tem, a atingir esse limite. Depois a bicicleta é importante, naturalmente, fazer o seu incentivo, mas é destinada essencialmente aos jovens e em determinadas alturas do ano, quando está a chover não dá jeito nenhum andar de bicicleta para ir para a escola, como é evidente. E quem anda de bicicleta também se arrisca a chegar mais atrasado do que quem não anda. Portanto, há a questão da comodidade no uso do transporte. E o facto de termos uma população que está a ficar cada vez ela própria mais envelhecida, convida a que as pessoas se refugiem no auxílio do automóvel. Isto é um palpite. Outro palpite. Dá-me ideia, embora isto seja discutido e eu não sou de forma nenhum um perito - temos aqui pessoas que saberão muito mais destes assuntos do que eu - dá-me a ideia que um dos grandes problemas é realmente a quantidade de dióxido de carbono que vai para a atmosfera devido à atividade humana. É um dos principais gases de estufa, são o mesmo principal gás de estufa. E a questão é saber de que forma é que isso pode ser contrariado. Há formas de captura, há formas de evitar a dispersão do próprio gás, há formas técnicas novas que estão a ser muito investigadas a um nível europeu. Ora, a forma básica da natureza reter dióxido de carbono é nas árvores, é nos seres vivos. Nós somos o fruto da retenção de carbono, direta e indiretamente. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

parte direta começa nas plantinhas, quando capturam o dióxido de carbono e emitem oxigénio. Então, as plantas e notem, uma das vantagens que nós poderemos eventualmente ter tido até agora é o facto de existirem na Europa, pelo menos, muito mais árvores do que existiam há 200 anos. Nós deixámos de abater árvores para ter lenha. Hoje há outros meios de utilização, que já têm praticamente dois séculos, essencialmente a partir do século XIX, há outros modos de fazer o aquecimento, de preparar as refeições que eliminaram o uso da lenha. E a agricultura, em muitos aspetos, também está a recuar. Claro que no nosso caso, as alterações climáticas vêm trazer um problema adicional, é que quando esta lenha toda que existe nos terrenos arda, liberta subitamente uma grande quantidade de dióxido de carbono para a atmosfera. Mas é evidente que a utilização de espécies de crescimento rápido é uma forma que deve ser tentada, pode ser tentada para fazer esta redução. Eu estou a falar isto porque se referiram ao eucalipto. Eu não tenho dúvida que há espécies vegetais muito mais úteis do que o eucalipto para fazer esta redução. Mas notem que nem tudo aquilo que se apregoa vai fazer bem. O carbono, a utilização por exemplo de cortiça é uma forma de utilizar carbono retido muito eficaz. O papel também, desde que não seja queimado. Pronto, era só deixar estas notas e dizer que esta é uma matéria extremamente complexa, é um desafio enorme que as gerações, a nossa e as que seguem, vão ter, simplesmente porque logo à partida, se as alterações climáticas e o aquecimento global seriam sempre por si um problema, o facto do ritmo estar a ser feito com um ritmo elevado, disto estar a acontecer a um ritmo muito elevado, torna muito mais difícil proceder às adaptações necessárias por via natural, nomeadamente através da captura de carbono pelas arvorezinhas que demoram muito tempo a crescer. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. deputado Miguel Oliveira. Sr. deputado Humberto Moreira, faça a favor. -----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”De forma sintética, obviamente que o nosso grupo municipal se associa a esta temática. Eu particularmente sou um elemento muito atento a estas questões e obviamente nós no nosso país e até pela posição que estamos situados na Europa, temos tendência a importar alguns modelos de outros locais que aqui às vezes a sua adaptabilidade não nos preocupamos muito com ela. E obviamente nós comparado com uma Holanda, comparado com outros países, onde é muito mais fácil usar uma bicicleta, onde a cultura por si do uso do transporte público de outro tipo de mobilidade já vem de criança e nós não temos efetivamente essa cultura fruto dos anos e daquilo que temos do nosso crescimento. Nós se repararmos, um fenómeno que acontece na nossa cidade e vem vindo de outros lados, se forem na rua hão de reparar de, neste caso, imigrantes que usam a trotineta. Poucos portugueses vocês veem! Veem essencialmente, trabalhadores que vão para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

zona industrial, a utilizar uma trotineta. Porque é que nós, ou os nossos filhos, ou porque é que nós não levamos trotineta para a zona industrial se eles vão? Portanto, é uma questão cultural, obviamente. É um meio de transporte limpo, não vamos discutir a forma de produção da eletricidade com a qual elas foram carregadas, porque muitas vezes também temos tendência a ver o resultado final das políticas verdes, mas depois existe uma manta que cobre todo o processo produtivo e de fabrico de alguns desses equipamentos e nem sempre vemos isso, portanto, este modelo, obviamente e a forma como ele está pensado tem metas muito, digamos, ambiciosas, obviamente, ainda há pouco discutia ali com o meu colega, com o Mário, também alguém que fortemente conhece a temática ligada à indústria, ele estava-me a perguntar ali em off “O que é que achas destas metas, o que é que me dizes?” e dizia-lhe, “ficaria contente”, até porque se repararmos em relação a anos anteriores e alguns dos protocolos têm sim de ser tratados ao nível do G8 e por aí adiante, havemos reparar que a maior parte das metas não têm sido cumpridas e são constantemente proteladas para a frente, são chutadas para a frente. Obviamente temos de ter objetivos ambiciosos e têm de começar por nós. Mas também se repararmos, as nossas crianças, hoje em dia, quando saem da escola, têm uma mentalidade totalmente diferente no que toca ao tratamento dos resíduos, do lixo que eles próprios criam. Eu lembro-me há uns 20 anos, que fui com a banda da Castanheira, fomos ao Dia de Portugal ao Luxemburgo, isto foi em 2000 ou 2002, já não me recordo e deram-nos um flyer no aeroporto e no geral, atiraram o flyer e posso-vos dizer, sem peso nenhum, que com o lixo que tinham na mão, as pessoas estavam com ele na mão, não havia aquela preocupação, porquê? Porque em Portugal, hoje olhamos, temos um caixote de lixo a 10/20 metros de nós, de forma natural e há 20 anos não era assim. Tínhamos que ir até ao fundo da rua para encontrar um caixote de lixo. Portanto, isto é um trabalho com estas metas, acredito que seja muito importante e ao nível das escolas, ao nível de tudo, para aquilo que a parte humana pode, obviamente, fazer. Se analisarmos, por outro lado, a questão industrial, estamos em Águeda, um Concelho que nós, com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, acredito que nos próximos 10 anos, 15 anos, duplicaremos ou triplicaremos a nossa capacidade industrial, acredito que sim, com outro tipo de indústrias, algumas delas mais pesadas neste âmbito, que serão, obviamente, com outro tipo de peso naquilo que serão as descargas para a atmosfera e isso também, obviamente, nos preocupa. E o tipo de eleição de empresas que possam vir, obviamente terão que se adaptar a estas regras, que não são definidas por nós, algumas delas, mas serão num quadro bastante mais amplo. Isso associado a um Concelho que tem uma mancha florestal enorme e eu não consigo ver ali, como o colega José Vidal, eu não consigo ver o eucalipto como um demónio. Não. A plantação não regulada do eucalipto, sim, agora o eucalipto vai e continuará certamente a cobrir a nossa mancha florestal porque só quem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

conhece as nossas zonas serranas, experimentem lá plantar outra coisa e dificilmente haverá outra árvore que possa, de uma forma, por enquanto, garantir o sustento de muitas daquelas famílias. Obviamente, encontrar esse equilíbrio, tudo bem, mas acredito que a questão do eucalipto só seria resolvida com medidas, obviamente, do Estado Central e de uma regulação da floresta ao nível nacional e nunca isoladamente do nosso Concelho, porque estamos sempre reféns de tudo isso. Portanto, posto isto, dar as parabéns ao colega pela apresentação, o estudo parece-nos pertinente, mas é uma ótima base de trabalho para aquilo que se vai passar nos próximos 25 anos. Por isso acho que é uma daquelas temáticas que estaremos atentos e que estejamos cá para ver se em 2050 chegaremos àqueles 90%. Eu sou muito cético, mas objetivos ambiciosos para conseguirmos resultados também eles mais válidos. Tenho dito. Parabéns.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Srs. Deputados, estão feitas as intervenções. Sr. Engenheiro Rui Pedro. Julgo que não foram propriamente colocadas questões, não sei se ainda assim quer aclarar alguma das intervenções que aqui foram feitas.-----

-----**Engenheiro Rui Pedro:** Se me permitem. Tentando, de uma forma breve, sumariar se calhar todas aquelas que ouvimos. Passa pela monitorização, passa pela gestão florestal efetiva, não vale a pena termos a espécie que quisermos que ela arda. Porque, como disseram e bem, o dióxido de carbono é libertado imediatamente para a atmosfera, portanto, passa pela gestão florestal efetiva. Passa é pela mudança de mentalidades o facto de fazermos uma gestão efetiva dos resíduos, com a separação, com o encaminhamento das fileiras, com o que quisermos, de andarmos de bicicleta e tudo mais, passa também por mudar a mentalidade e por apanhar aquela faixa que temos aqui no meio, que se esquece, entre os miúdos da escola primária até à fase em que voltam a ser pais e se voltam a lembrar por causa dos filhos, há aqui uma fase pelo meio que é importante apanhar e que temos de tornar a comunicação eficaz também para essa faixa. E para isso é preciso ter monitorização, é preciso ter dados, é preciso conseguir transmitir aquela preparação base que foi feita agora para o início deste trabalho de 25 anos. Como estava a dizer, é necessário que seja continuamente feita para continuarmos efetivamente a perceber o que é que está a acontecer. E, portanto, só com estas medidas todas não podemos escolher uma daquelas 57. Temos de levar as 57 para a frente. E, portanto, só com o cumprimento dessas e isso passa pela comunicação, pela monitorização, pela gestão eficaz, para conseguirmos alcançar então as metas ambiciosas, concordo perfeitamente. Mas eu gosto de desafios, acho que todos nós também gostamos de desafios e, portanto, cá estamos daqui a 25 anos para ver os 90% e a naturalidade carbónica de Águeda, que muito me agradará. Boa noite e obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Engenheiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----"Primeiro e sobretudo para agradecer à equipa da IrRADIARE, dizer-vos uma coisa muito simples. O Engenheiro Rui é um aguedense de Barrô, como vocês sabem e portanto, queria-te dizer que ficamos muito contentes quando temos um trabalho destes feito por uma entidade externa, mas afinal de contas um aguedense faz parte da equipa e vem com uma vontade reforçada de fazer ainda melhor. A única coisa que vos queria dizer é que, efetivamente, esta é uma matéria, um tema muito sensível, para o qual temos vindo a dar muita importância e que o Município de Águeda tem vindo a ser reconhecido repetidamente, passo o pleonismo, mas reconhecido repetidamente, várias vezes, pela sua ação. Eu diria que somos várias vezes apontados como modelo e era importante e naturalmente precisarmos de reconhecermos as nossas fragilidades, as nossas maiores fragilidades e todas as outras, mas também reconhecermos o nosso potencial e percebermos o caminho que já temos feito e que estamos a fazer. Eu queria aqui lembrar e depois de agradecer também muito à nossa equipa desta área da sustentabilidade e do ambiente da Câmara Municipal, dizer-vos que somos um Município e curiosamente o único da região centro que tem um laboratório vivo para a descarbonização plenamente a funcionar. E isto é tornarmos o nosso território um território de experimentação, de experimentação com vista à descarbonização. Porque afinal de contas o que está aqui em causa é claramente este cuidado que todos nós devemos ter e que temos sempre bem presente e passarmos esta mensagem, sensibilizarmos repetidamente de que, efetivamente este planeta, esta terra que é a nossa casa comum, não é nossa, está-nos emprestada e nós temos que a passar. Este é o nosso desafio, de a passarmos em melhores condições às gerações vindouras. Este é um desafio ambicioso, mas que se vai conseguir concretizar por múltiplas formas, algumas destas variáveis que estão todas elencadas no plano, umas vão andar muito mais, vão ser ultrapassadas, outras não andarão tanto e nem tão rapidamente, mas é efetivamente isto que nós temos. Marcámos aqui claramente um rumo bem visível e, sobretudo, uma vontade de sensibilizar muito grande. Volto a dizer uma coisa que foi dita, isto não é um trabalho para o Município, é um trabalho para executar neste Concelho pelo Município, por todas as entidades e por todas as pessoas. Este é o desafio, muito obrigado pelo trabalho que aqui está plasmado. Foi muito bom ver um aguedense aqui. Foi uma surpresa boa. Muito obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Julgo que estamos em condições de colocar à votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

unanimidade, a proposta n.º 78/2024 da Câmara Municipal do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Águeda.-----

-----2.22 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Plano de Ação para o PERSU 2030 (PAPERSU) de Águeda;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Eu sei que também estão os técnicos da autarquia para poder apresentar o ponto. Façam favor.-----

-----**Técnico Pedro Silva:** “Boa noite a todos. O meu nome é Pedro Silva, sou o chefe de núcleo dos resíduos urbanos do Município de Águeda e estou aqui para vos apresentar o PAPERSU, como já foi dito, que é o plano de ação para a implementação do plano estratégico dos resíduos sólidos urbanos até 2030. O PAPERSU é proveniente de uma exigência do Regime Geral de Gestão de Resíduos, é uma imposição da APCAP a todos os Municípios. Os Municípios têm que elaborar o seu plano municipal para os próximos 6/7 anos, com uma grande novidade que é a implementação do sistema de recolha de resíduos. O PAPERSU, o plano foi elaborado com base na estrutura que a APA nos apresentou, que inicia-se com a caracterização do Município. Tenho aqui dados que vocês sabem. O que importa aqui retirar é que o Município é classificado, no que toca à gestão de resíduos, como um Município meramente urbano, ou seja, somos um Município disperso com a população um bocado dispersa, que dificulta um pouco a gestão dos resíduos. Quanto à responsabilidade da autarquia na matéria da gestão de resíduos, o âmbito da responsabilidade está definido também no regime geral de gestão de resíduos. O Município é responsável pela recolha e encaminhamento dos resíduos urbanos na totalidade, à exceção do trífuxo. O trífuxo é o quê? São os ecopontos, o papel, o plástico e o vidro. Isso está sob a responsabilidade da ERSUC, que é a entidade concessionada pelo nosso Estado para a gestão desses resíduos. Todos os outros resíduos indiferenciados, que são os resíduos que nós depositamos no dia a dia no contentor do lixo comum, o contentor que hoje em dia no nosso Concelho é preto, esses são recolhidos e encaminhados pelo Município para a ERSUC, a ERSUC é que os trata, esses resíduos. E depois há outros fluxos mais pequenos que estão aqui em baixo, que são recolhidos também pelo Município de Águeda, que são entregues a outros operadores licenciados para o efeito, como os REEEs, que são os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, os óleos alimentares usados, têxteis, madeiras, metais, pneus, restos de obra de construção e demolição, entre outros, os verdes não estão aqui, fluxos menos expressivos. Para além do Município não ser responsável pelo trífuxo, pelos ecopontos, o Município tem já há alguns anos implementado e tem estado a alargar a rede, um sistema de recolha destes resíduos a entidades, empresas, instituições de saúde, de ensino e que já representa em 2021/2022 e já temos os dados de 2023, já ultrapassa os 20% da totalidade dos recicláveis recolhidos, o que já é expressivo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Como é que é feito o sistema de recolha de resíduos no Município de Águeda? Essencialmente, a base, é a recolha por proximidade, ou seja, são os contentores que nós dispomos na rua de acesso comum, sem controle, é de acesso livre. Temos espalhados pelo Concelho 2.187 contentores de resíduos indiferenciados, que atualmente são os tais pretos, que eram verdes, foram mudados. Isso dá uma média de 21 habitantes por contentor, o que é uma média muito boa pelo que se vê a nível nacional. Em 2021 tínhamos este indicador da ERSAR, tínhamos uma taxa de cobertura de 72% do Concelho, dada as características do nosso Concelho é uma taxa muito boa, sabemos que atualmente a nossa taxa está superior a esta, só que ainda não recebemos o indicador porque em 2021 tínhamos menos 200 contentores do que temos atualmente. Portanto, apesar das características do Concelho, conseguimos melhorar o nosso indicador. Quanto ao trífuxo, os tais ecopontos, que são da responsabilidade então da ERSUC, não do Município, temos apenas 259 unidades, dá uma média de 179 habitantes por contentor, por ecoponto. Sabemos que é pouco, temos lutado por mais, mas não nos tem sido possível obter mais contentores da parte da ERSUC. É a taxa de cobertura tal como está aqui, em 2021 era 37%, hoje em dia é a mesma porque não há mais nenhum contentor. Depois temos também os têxteis e os óleos alimentares usados, espalhados, menos contentores naturalmente, que são fluxos muito mais reduzidos, com muito menos... não digo procura, mas muito menos volume de atividade. Também temos tentado alargar com protocolos com estas entidades que recolhem os têxteis, os óleos alimentares usados, mas tem sido devagarinho, os têxteis têm aumentado mais, os óleos alimentares usados nem tanto. Outro sistema que temos de recolha é o tal porta-a-porta, que o Município tem apostado forte nos últimos anos, isto destina-se apenas e só ao trífuxo, ao papel, plástico e vidro. Atualmente temos 250 entidades aderentes entre empresas, escolas, postos de saúde, associações, mas essencialmente empresas. Em 2022 este serviço recolheu cerca dos tais 21% do total de recicláveis, ou seja, fizemos 20% do trabalho da ERSUC. Este serviço foi implementado e tem crescido muito por vermos a inação da entidade concessionada para o efeito e daí esta aposta grande de aumentarmos a rede, de a melhorarmos, de a tornarmos mais eficiente. Outra forma de recolha que temos é a recolha a pedido, que é essencialmente o pedido de monos, que os munícipes fazem através do número verde, do e-mail, fazem através da Juntas de Freguesia. Em 2023 tivemos 1140 pedidos, são bastantes pedidos, essencialmente monos, os REEEs, os tais eletrodomésticos, verdes nem tanto, temos alguns pedidos de recicláveis, alguém que limpou a biblioteca ou algo do género e outros resíduos de origem doméstica não classificáveis, diversos, com menos expressão. Por fim e mais recente, temos então a valorização na origem, isto destina-se única e simplesmente, aos bio resíduos. Instalámos durante o ano de 2023 seis ilhas de compostagem comunitária, aqui na cidade e uma na Alagoa. A ideia é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

replicar isto pelas Juntas de Freguesia, naturalmente as que reunirem condições e que tiverem interesse, isto para chegarmos à meta que nos tem sido imposta de aumentarmos esta valorização na origem. A par com estas seis ilhas comunitárias, já se distribuíram mais de 300 compostores domésticos para as famílias, também para fazerem sua compostagem nas suas habitações. Em 2022... nós trazemos os dados de 2022 porque quando realizamos o PAPERSU ainda não tínhamos os dados de 2023 fechados, por isso é que trabalhamos sempre com os dados de 2022. No Município da Águeda, no Concelho, cada habitante produziu 419 quilos num ano, é muito abaixo da média nacional, o que é bom, ainda não estamos dentro das metas que a APA nos impõe, que o limite era 410 quilos por habitante, mas estamos lá perto e pensamos que em 2023 tenhamos chegado lá muito próximo. A má notícia é que, disto, 83% continua a ser recolha indiferenciada e é essa a fração que nós temos que trabalhar. Os tais 17% está tudo muito bem, mas não chega. É isso que as metas europeias nos dizem, é isso que a APA nos diz, que não chega e é para isso que este plano serve, é para aumentar esta taxa de recolha seletiva e reduzir a recolha indiferenciada. Isto em quantidades totais dá estes valores, 16 mil toneladas de resíduos indiferenciados e cerca de três mil toneladas, são estas frações todas juntas, de seletiva. É nestas dezasseis mil toneladas que vai incidir o PAPERSU, que é aqui que nós temos que ir buscar o que não está a ser separado. Porque análises feitas aos nossos resíduos, ao que vai nos nossos contentores, temos este gráfico. Continua a ir 23% de recicláveis e estes recicláveis é só então o tal trifluxo, papel, plástico e vidro. 45% são bio resíduos, tudo bem que nós até agora não tínhamos sistema de recolha de bio resíduos, mas é a próxima grande medida. Os bio resíduos ficam divididos trinta e três em resíduos alimentares, doze em resíduos verdes e ainda há os 32% de outros. Estes outros não são necessariamente descartáveis, são outros resíduos, parte deles valorizáveis, como têxteis, madeiras, alguns restos de obra que também surgem. É com estas cerca de dez mil toneladas, sete mil de bio resíduos e três mil e setecentas de recicláveis, que o PAPERSU vai incidir com mais expressão até nos bio resíduos do que nestes recicláveis, porque nestes recicláveis, como já disse aqui anteriormente, não é total responsabilidade do Município, é sim da ERSUC, que é a entidade que é concessionada e financiada pelo Estado para o efeito. Mas também temos medidas para fomentar o aumento da separação do trifluxo. O grande desafio é então os bio resíduos, é a grande diferença que há na gestão de resíduos para os próximos anos, é a implementação de mais um contentor na rua, já tínhamos os ecopontos, tínhamos os indiferenciados e teremos que ter os bio resíduos obrigatoriamente. A APA impõe-nos estas metas que aqui estão, para o 2030 este 63% não é 63% do total de resíduos, este 63% é do total de bio resíduos, das tais sete mil toneladas de bio resíduos, dá qualquer coisa como quatro mil e quinhentas toneladas, ou seja, temos que colocar competidores na rua e que consigam recuperar, captar quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mil e quinhentas toneladas de bio resíduos. E a par com isso, temos que valorizar cerca de 5% disto, que dá qualquer coisa com quatrocentas e cinquenta toneladas, na origem, com a tal compostagem comunitária e doméstica. O que é que irá provocar a redução então dos indiferenciados? Apontamos aqui para cinquenta e tal por cento, chegarmos aos cinquenta e tal por cento de indiferenciado, estamos atualmente nos oitenta e três e subir a recolha seletiva. Esta grande subida do que toca à responsabilidade do Município é essencialmente nos bio resíduos. Contamos que esta curva verde venha aqui mais para cima e que se juntem até, mas isso é o contributo que a ERSUC terá que dar, que nós não podemos contemplar no nosso PAPERSU, porque não é da nossa responsabilidade e não o pudemos contemplar por indicação da APA, não pudemos acrescentar aqui ao que a ERSUC se propõe, só podemos colocar aquilo que nós nos propomos. Para a implementação do plano, fizemos a tal análise swot, identificámo-nos como um ponto forte é o facto de já termos uma estrutura de recolha e triagem a funcionar, o tal sistema de porta a porta que está familiarizado e tem já algum know-how do sistema para os recicláveis, facilmente se replica para outros fluxos e o facto das características do nosso Concelho terem uma parte rural bastante acentuada que nos permite esta valorização na origem de bio resíduos com a tal compostagem. Como pontos fracos, continuamos com o número reduzido de ecopontos, não vemos forma de o aumentar, a necessidade de grandes investimentos para esta adaptação ao novo sistema, principalmente para os bio resíduos e os recursos financeiros serem limitados, como sabemos e continua-se a ver a baixa sensibilidade da população para a sua responsabilização enquanto produtor de resíduos. As oportunidades que vemos com este PAPERSU é então a possibilidade de virmos a criar um centro de recolha de resíduos, um ecocentro mais comumente chamado e o estudo, pelo menos, para a adaptação do sistema tarifário. O sistema tarifário atual que temos é um tarifário fixo, que não beneficia nem penaliza ninguém, pagam todos igual e o que se pretende é criar, adaptar um sistema tarifário com o princípio poluidor-pagador. Quanto mais produces, mais pagas, quanto mais separas, menos pagas. As ameaças que vemos ao sistema é a baixa adesão da população à separação, normal, é o que se continua a ver e a grande dificuldade que se tem visto na implementação destes serviços de recolha de bio resíduos, pela experiência que temos e feedback que temos de outros Municípios e ao nosso redor e um pouco por todo o país, tem encontrado entraves, os tipos de sistemas que estão a implementar têm tido grandes problemas. Vamos às medidas. Apontamos um conjunto de medidas como essenciais à implementação de um novo sistema de gestão de resíduos que nos permita alcançar as tais metas que já falámos. O primeiro eixo, o eixo da prevenção, a grande medida é o estudo para a implementação do sistema PAYT ou equivalente, este estudo até está preconizado no plano anterior, que foi aqui apresentado, o Plano Municipal de Ação Climática. A grande medida da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

prevenção é realmente adaptarmos um sistema tarifário que nos permita valorizar quem menos produz e quem mais separa, quem tem as melhores práticas e, no fundo, penalizar quem não está muito responsabilizado e sensibilizado para a temática. As outras medidas dentro aqui da prevenção andam todas um pouco à volta das ações de sensibilização, de projetos de circularidade, que não conseguimos quantificar o impacto que terá nas metas, mas que contamos que elas ajudem a alcançá-las. O segundo eixo, a gestão de recursos, pretende-se melhorar o nosso sistema de recolha porta-a-porta e sistema de recolha a pedido, dotar as equipas com melhores equipamentos, que lhes permitam mais eficiência e alargar a rede de recolha, continuar a aumentar as ilhas de compostagem comunitária. Estas previsões de orçamento é para investimentos até 2030. Continuar então a aumentar as ilhas de compostagem comunitária e continuar a aumentar a distribuição de contentores de compostagem doméstica. Esta medida 2.3 não tem previsão orçamental porque o Município está a utilizar os contentores que retirou da via pública, há 2 anos, os tais contentores verdes, está a distribuí-los pelas famílias que se candidatam e a adaptá-los para compostores, por isso é que não têm custo. Terceiro eixo, gestão de resíduos. É aqui então que se poderá vir a fazer a grande mudança do sistema de recolha. É então a criação de um ecocentro que poderá dotar o Concelho de uma infraestrutura que terá capacidade de receber todo tipo de resíduos que não deverão ser depositados nos contentores da via pública e nesse equipamento, nesse espaço, conseguir tirar e encaminhar devidamente cada resíduo para o seu fluxo e não encaminhá-lo de forma indiferenciada para tratamento e possivelmente para deposição em aterro. A segunda medida e que é talvez a com mais peso nas metas, é a implementação do sistema de recolha seletiva de bio resíduos, que ainda não sabemos se com contentores de proximidade, a par com os contentores que já existem, estamos a estudar a melhor forma para não andarmos com testes, a gastar dinheiro público, para depois voltarmos para trás como tem acontecido em alguns Municípios que se tentaram antecipar e estão a ter problemas e estão a ter que se readaptar e a gastar mais dinheiro. Estamos a tentar ser assertivos, a ver os modelos que estão a funcionar com as características do nosso Concelho e quando implementarmos o sistema queremos ir às claras, com certezas de termos algum sucesso. Temos também o projeto Águeda Recicla Mais, que já está em funcionamento, foi implementado em 2023, continua em 2024, que no fundo é um projeto que certifica as empresas e as entidades que estão no sistema de recolha porta-a-porta de bio resíduos e valorizam no fundo as boas práticas e este projeto pretendemos que tenha continuidade para continuarmos a alargar a rede destas tais duzentas e cinquenta empresas que já existem na rede. Isto tudo, estas metas todas, com estas metas pretendemos chegar a estes valores, são difíceis naturalmente analisar agora assim, mas tentaremos ser objetivos. Em 2022 tínhamos dezasseis mil toneladas de indiferenciados,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

pretende-se chegar a 2030 com dez mil. A recolha seletiva estava com mil e novecentas toneladas, pretendemos chegar a 2030 com sete mil. Estas sete mil, o que é que as vai fazer aumentar realmente? São os bio resíduos. Estas sete mil é o somatório destas todas para baixo. E os bio resíduos é que irão dar o grande contributo. Não só os bio resíduos, a recolha seletiva do trífuxo, o nosso porta-a-porta também irá dar um contributo de cerca de mil e quinhentas toneladas, mais coisa menos coisa, com as medidas que pretendemos, mas a grande diferença é realmente os bio resíduos e é aí que nos propomos. Aqui uma questão, não estão então aqui os dados das quantidades da ERSUC, portanto, estas sete mil toneladas poderão não ser sete mil, poderão ser nove, dez mil, dependendo do trabalho que se fizer com os ecopontos e naturalmente iremos reduzir então mil, duas mil toneladas nos indiferenciados. Mas isto são os objetivos, são os valores a ocupar da responsabilidade da parte do Município e é isto que nos propomos e são as metas que temos e que são ambiciosas e nós também estamos a ser ambiciosos e queremos alcançá-las. O PAPERSU foi lançada a participação pública, durante quatro, cinco dias, foi um inquérito online que esteve disponível entre cinco e nove de fevereiro participaram quarenta e nove munícipes. Resumidamente, os munícipes identificaram como principais problemas na gestão de resíduos - isto foi composto por oito questões, conseguimos resumir as principais ideias dos munícipes, das respostas - como principais problemas na gestão de resíduos, apontam o mau desempenho cívico, no fundo, o surgimento de lixo no chão, não só de lixo no chão, a quantidade de recicláveis que verificam que aparecem nos indiferenciados, que as pessoas também veem quando abrem o contentor e também a falta de locais apropriados para deposição de outros fluxos, não só indiferenciados, a falta de ecopontos, a falta de roupeiros, a falta de contentores para os óleos, pilhões, o que seja. Como propostas e iniciativas de melhoria para a gestão de resíduos, estas duas primeiras andam um pouco à volta do mesmo, a criação de incentivos, benefícios para a separação, um sistema misto, isto anda um pouco à volta do tarifário, é o tal sistema PAYT que as pessoas também sugeriram, que os participantes também sugeriram, que se implemente um sistema então que permeie e beneficie as melhores práticas e que penalize quem não as tem. Aumentar a sensibilização, as pessoas ainda acreditam que há falta de sensibilização e há de facto e projetos de reutilização. Falam-nos muito, não só aqui no inquérito, mas por vezes abordam-nos na questão de termos um espaço... por exemplo, há quem se desfaça de um móvel que já não necessita, que já não o quer, quer meter fora e há pessoas que até o podiam aproveitar, falam-nos muito nisso e temos visto isso a funcionar, a começar a ser implementado em alguns Municípios e pretendemos com o nosso centro de recolha também implementar esse sistema. E outra questão que as pessoas no questionário abordaram, apontaram, foi o sistema de recolha porta a porta. Era muito bom, mas talvez no nosso Município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

seja difícil, pelo menos no Município todo. É um Município muito disperso, tornava o sistema de recolha altamente poluente pelas emissões de dióxido de carbono, ainda agora se falou, para realizar esta recolha. Mas são tudo estudos, são tudo coisas que estão em aberto, que nós vamos estudar para implementar, pelo menos para os bio resíduos, brevemente. Por fim, o que se pretende em Águeda em 2030 é que o volume dos contentores se altere, é que a recolha seletiva aumente então para 39%, aqui com o grande chavão que são os bio resíduos, que representará mais de metade desta recolha seletiva, que consigamos diminuir para 58% a indiferenciada e que consigamos atingir os tais 3% de tratamento na origem que a APA nos impõe. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Engenheiro Pedro Silva. Vamos ver se há algumas questões, entretanto deixe-se estar por aí nas imediações. Srs. Deputados, a explicação exaustiva, no meu ponto de vista esclarecedora, ainda assim, alguma intervenção? Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente, agradeço a apresentação e o documento elaborado. Mais uma vez é um bom documento para consulta e ter noção de algumas das situações. Uma das grandes partes das queixas, que se ouve no dia a dia por onde se anda, é sempre a questão dos resíduos, do dito lixo e eu acho que está a faltar, embora vi aqui que é uma das medidas, está a faltar informação. Não sei se o Sr. Engenheiro ou alguém poderá dizer onde é que se depositam os óleos alimentares. Tenho lá N garrações de óleos alimentares, andámos à procura. As pessoas não sabem. Não sei se não podia ir um documento onde fosse essa informação, lá na freguesia nós sabemos, ou pelo menos freguesia a freguesia que se saiba, mas onde é que é o material elétrico! Os computadores, esses materiais todos, onde é que é? Cá na câmara não sei. Um documento, uma folha, mas escusam de pôr aqueles grandes desenhos e grandes setas, isso é tudo muito bonito. Letra grande, pilhas, óleos alimentares, os básicos, porque o outro lixo nós sabemos! Mas tenho lá familiares que têm a mania de separar tudo e temos lá N garrações de óleo alimentar e andámos ainda no outro dia à procura e não conseguimos encontrar. E as pilhas e tenho lá material elétrico e dessas coisas, tenho uma quantidade impressionante! E agora cabe-me a mim levar e eu estou a falar em defesa própria, porque cabe-me a mim levar esta semana e não sei onde é que hei de levar aquilo. Mandaram-me uma mensagem “leve isto” e eu... perguntei agora porque acontece isso, não sei se há, se as Juntas de Freguesia poderão dar aqui alguma informação mais precisa ou o tal info-mail, uma coisa qualquer de situação dessas. Eu achei esquisito, estava ali uma parte, participação em projetos de prevenção de produção de resíduos, zero. Zero euros. É de graça? A participação na promoção de projetos? Achei estranho não se gastar nada na prevenção e na promoção de projetos, pronto, era só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

isso. Depois há aquela eterna questão de que pagar lixos, acho que há umas experiências aí, pelo menos foi como vieram a dizer, de outros Municípios, que há experiências onde já se paga e eles começaram a tirar o lixo fora. Portanto, o resíduo paga-se uma percentagem consoante os resíduos, acima de X que produzes pagas uma percentagem e, portanto, tu não produzes. Vais no carro à noite e atiras fora. Não produzes lixo. Até lá há pessoas que reduziram a zero a produção de lixo. Portanto, é aquela questão, mas esta questão do prémio, entre o pagamento e o prémio é um jogo difícil, porque a mentalidade das pessoas... pronto, mas agradeço isto, há de ser sempre um caminho e há de ser sempre o sítio de mais queixas de uma autarquia. Portanto, já estão habituados, mas é por aí. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Engenheiro Pedro Silva, quer levantar alguma questão? Sr. Presidente, quer intervir?----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----”Sim, Sr. Presidente. Primeiro, agradecer ao Engenheiro Pedro e à Eng.^a Inês e a todas as pessoas envolvidas neste processo, pelo menos deixaram agora aqui bem exposto uma coisa muito simples e que às vezes nos parece desconhecida. Há um trabalho enorme, diário, de todos os dias na Câmara de fazermos um serviço que é da nossa competência, mas que depois extravasa completamente essa competência, porquê? Dada a ineficácia da ERSUC. Como vocês sabem nós temos uma... eu diria que uma cruz, que é pertencermos à ERSUC. Porquê? Porque nós conhecemos outros sistemas e já agora um parêntese, nós somos provavelmente um dos poucos países na Europa, se não o único, que têm aqui, com estas entidades, interesses que são indiscutivelmente conflitantes e a legislação não resolve. É a legislação quem tem que fazer é naturalmente quem tem a obrigação de legislar. Eu explico, porque é muito fácil. Nós, por exemplo, aqui na nossa ERSUC temos duas estações de tratamento mecânico e biológico. Ou seja, uma em Eirol, outra ali mesmo perto do nó de Coimbra Norte, que automaticamente separam o lixo que lá chega e com isso conseguem retirar alguns recicláveis. Pois bem, essas mesmas entidades que recebem os resíduos sólidos urbanos, ou seja, os contentores pretos, os conteúdos de contentores pretos que se recebem das câmaras municipais e que as câmaras têm que recolher e depois pagam e pagam mais caro do que em qualquer outro sítio, portanto, a taxa de tratamento de resíduos e depois ainda temos uma outra tarifa que é aplicável sobre isso. Portanto, percebam, as câmaras colocam lá tudo e eles depois vão conseguir reciclar uma boa parte, porquê? Porque esse processo passa pela separação. Nós conhecemos muitas das nossas pessoas, do nosso povo e sabemos que às vezes há falta de cuidado mesmo nos contentores dos recicláveis e o que quer dizer que praticamente assume-se quase sempre que os recicláveis que vão nos ecopontos vão contaminados. Contaminados com outros resíduos que não deviam ir naquele



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

contentor e então vão passar pelo mesmo processo. Eles perceberam isto e é muito fácil, não investem no número de contentores e aqui há uns anos muito pressionados - há uns anos relativamente poucos - muito pressionados, fizeram o reforço significativo dos contentores mas não melhoraram o serviço de recolha. Ou seja, a recolha mantém-se com a mesma cadência em mais contentores o que quer dizer que cada vez mais temos contentores a deitar fora. E isto o que é que leva aos nossos cidadãos? A chegarem e a porem fora ou dentro do contentor preto. E aí quem paga é o Município e quando quem paga é o Município, eu não tenho dúvidas nenhuma e era bom que todos nós percebêssemos que quem paga é o cidadão. Que fique absolutamente claro. E somos então dos poucos ou únicos países que tem estas fileiras, ou seja, ou recicláveis estão entregues obrigatoriamente e exclusivamente a estas entidades. Nós se formos ali à nossa vizinha Espanha, os Municípios são responsáveis pelo tratamento, pela recolha e tratamento de resíduos, mas de todas as fileiras. Ou seja, cada um dos Municípios pode definir uma estratégia que lhe permita otimizar recursos, nomeadamente valorizando os recicláveis, fazendo eles próprios os seus circuitos e lá está, otimizando todo este processo. Aqui não. Portanto, aquilo que vale alguma coisa é da ERSUC, aquilo que gere a despesa é dos Municípios. Pior do que isso, temos uma entidade reguladora que só está preocupada em validar os números que lá chegam. E claro que temos estas entidades a apresentarem custos extraordinários e com aumentos absolutamente disparatados. Eu queria dizer que a taxa de tratamento de resíduos aumenta em três anos 133% e isto é brutal para as contas de todos os Municípios. E eu queria-vos dizer que nós estamos aqui neste bocadinho, um bocadinho à beira-mar plantado, mas também que nos apanha a nós, de trinta e seis ou trinta e oito Municípios, que são os Municípios da ERSUC que temos esta cruz e temos esta cruz que legalmente é incontornável. Eu até já nas conversas que temos tido com outros presidentes, até já sugerimos pedir para mudarmos de sistema, nós podíamos, temos aqui sistemas muito perto de nós, em Tondela, que nos aceitam e que são mais baratos e mais eficazes! Mas não, a lei obriga-nos, nós somos da ERSUC. E, portanto, é isto que temos. É importante, urge mesmo legislar no sentido de obrigar estas entidades a acompanhar-nos ou, então, a mudarmos radicalmente a lei. No entanto, nós temos este trabalho absolutamente essencial e, reparem, 21% dos recicláveis que são obrigação da ERSUC, somos nós a recolhê-los. Para quê? Para tentarmos ao máximo evitarmos contas mais pesadas. Porquê? Porque a ERSUC não aumenta a cadência e é aquela e, se nós não recolhermos estes 21%, aqueles 21% não vão estar nos contentores e vão estar com toda a certeza aí muito perto dos nossos contentores pretos ou então pelos pinhais! É claro que o Sr. Deputado José Vidal fala aqui de histórias que nós ouvimos contar, histórias infelizmente verídicas, noutros Municípios onde já se iniciou o processo PAYT, efetivamente há quem faça isso. Portanto, o PAYT é o quê? Identifica o saco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e nós ficamos todos a saber quem é que produz o quê. Naturalmente que em Águeda e face às tarifas que ainda estamos a aplicar e que não vale a pena, é inexorável, nós vamos ter que as aumentar, aliás, somos obrigados a aumentá-las, porque os Municípios estão obrigados a fazerem aprovar um regulamento tarifário e o regulamento tarifário obriga-nos efetivamente a proceder a esse aumento para equilíbrio dessas contas. Os regulamentos tarifários têm genericamente uma coisa muito simples, há uma obrigação legal de que o custo gerado em todo o processo seja perfeitamente acomodado pelo valor da tarifa paga pelo cidadão. No nosso caso, toda a gente percebe que face à ineficácia da ERSUC, os nossos cidadãos vão estar obrigados a pagar mais. Por enquanto pagam menos, mas atenção, é uma situação que nós temos mesmo, do ponto de vista legal, de resolver e fazer subir. E isto são as más notícias. As boas notícias é que temos esta identificação clara, temos um conjunto de estratégias que já estamos a implementar e estão ali um conjunto de novas medidas que estamos a preconizar, estamos efetivamente a mexer neste processo com muita força, reforçamos inclusivamente a equipa, porquê? Porque tem um peso financeiro enorme no Município. Passou a ter um peso financeiro ainda maior e tem esta questão ambiental que precisamos dar volta. Precisamos, indiscutivelmente, de seguir em frente. Mas o trabalho maior, indiscutivelmente maior que nós temos que fazer é sensibilizar. O Rui já foi embora, o Rui é o técnico de há bocadinho, mas ele tem inteira razão. Há aqui uma série de atos entre as crianças que têm uma educação e um cuidado extraordinário, mesmo nas escolas, nas nossas formações que nós fazemos e que acompanhamos e depois a realidade que nós temos no tempo mais adulto. Os pais voltam a ser sensibilizados pelos filhos, alguns, no tempo em que eles andam na escola, mas depois voltam-se a esquecer. E isto vai-nos obrigar a todos a uma mudança radical de comportamentos. Nós vamos ter que ter, cada vez mais e isto é uma novidade, mas porque temos que o fazer, um novo contentor em casa para bio resíduos. E os bio resíduos não podem vir contaminados. E tem que haver uma sensibilização enorme destas pessoas para quê? Eu sei que num Concelho como o nosso, a maior parte destes bio resíduos podiam ser guardados num quintal. E a maior parte dos nossos cidadãos têm quintal. E podemos, de uma forma tranquila, ambientalmente muito sustentável e com uma ótima prática, nós retirávamos todos estes resíduos do contentor e diminuíamos dramaticamente o custo. Mas não, nós curiosamente, em algumas das nossas zonas mais rurais, rapidamente encontramos dentro dos contentores as pedras do quintal, as pessoas esquecem-se que aquilo que não tem tratamento e que é pago ao peso, o tratamento que não existe. Temos lá os troços das couves no tempo em que é preciso limpar as terras, temos indiscutivelmente a relva do nosso jardim, que podia ir para o quintal e, olhem, iria fertilizar o solo, mas vamos diligentemente com o nosso carrinho de mão pôr no contentor e é todo este conjunto de práticas que nós precisamos claramente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de fazer mudar. Este trabalho que está aqui é uma estratégia mas vai ter que ser complementada com um conjunto de muitas ações e sobretudo com esta sensibilização. O mais difícil indiscutivelmente é entrar completamente na cabeça e na vontade das pessoas e isso nós temos que o fazer. E temos que fazer porque o valor neste momento é volto a dizer, quando é o Município que paga para recolher e pagar o tratamento dos resíduos e estamos a falar de qualquer coisa que anda neste momento à volta de dois milhões por ano, dois milhões de euros por ano. Estamos a falar de qualquer coisa muito, muito pesada. Isto dava muitas, muitas, muitas estradas feitas, muitas coisas fantásticas que nós podíamos fazer. E atenção, quando o Município, a Câmara Municipal paga, naturalmente porque tem que pagar, que fique bem claro que somos nós todos aguedenses que estamos a pagar. E uma coisa que não vou apelar para ninguém andar a fiscalizar uns aos outros, mas quando vimos práticas menos corretas, acho que não nos devemos coibir de educadamente chamar à atenção. Chamar à atenção. Entretanto, vamos tendo perto dos nossos contentores, dos nossos ecopontos... porque atenção, a minha homenagem é a toda a gente que trabalha nesta área, porque muitas vezes as pessoas fazem a recolha, fazem uma limpeza até apurada e passado meia hora aparece alguém sem escrúpulos, sem noção de nada, estraga e eu diria que suja tudo. E até parece que ninguém trabalhou. Eu que conheço, que sei, que acompanho, sei que há muito trabalho feito por aí, mas efetivamente há muito a fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, finalizamos a discussão do ponto. Engenheiro Pedro Silva, Eng.^a Inês, muito obrigado também pelo vosso trabalho, vossa dedicação, certamente sairemos daqui todos mais sensibilizados e mesmo aqueles que nos assistem, a população em geral e estas coisas são importantes e nós temos que as trazer cada vez mais à discussão. Muito obrigado. Srs. Deputados, vamos então colocar o ponto à votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 24/2024 da Câmara Municipal do Plano de Ação para o PERSU 2030 (PAPERSU) de Águeda.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Vamos então retomar os pontos na sua ordem natural.-----

-----**2.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência, entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, para construção e requalificação de lugares de estacionamento na Rua 13 de Agosto e Rua da Liberdade;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, alguma explicação extra?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----"Sr. Presidente, eu optava nestas questões das juntas freguesia por fazer uma apreciação genérica agora de início e por uma razão muito simples. Primeiro, temos um conjunto de adendas que vamos fazer que são, regra geral, trabalhos que as juntas não conseguiram concluir no ano anterior. Eu queria dizer que isto é extraordinariamente frequente e vem dizer uma coisa que é uma realidade neste momento na nossa região e no nosso país, há dificuldade em encontrar pessoas para trabalhar e empresas para trabalhar. Aquela dificuldade que nós temos para fazermos as obras na nossa casa, as Juntas de Freguesia e o Município têm dificuldade em fazer. Às vezes quando falamos de prazos de obras que se arrastam, estamos a falar disto. eu diria que neste momento e face ao que nós aqui vemos, vemos que há um conjunto muito significativo de Juntas de Freguesia que têm esta situação. E, naturalmente que nós não vamos penalizar e vamos criar as adendas renovando estes protocolos que tinham prazo de términos, como nós sabemos. E depois temos um conjunto de outros apoios que se dividem entre apoios ou contratos interadministrativos, conforme seja a competência do Município ou seja competência exclusiva das juntas freguesia, para novas solicitações dos presidentes de junta. Todas elas, naturalmente foram solicitações das juntas e acordadas com as Juntas de Freguesia. Algumas destas obras têm valores que, digamos, que sobem além do valor que é regular e tudo isto porque nós temos várias realidades, desde situações em que indiscutivelmente se verifica que há um tempo de oportunidade e é perfeitamente legítimo fazer este tipo de obra, a outras Juntas de Freguesia que durante o ano anterior e às vezes até antes não fizeram nada a guardarem-se para estes projetos e, é isto, diria que não está cá tudo do ano como todos nós desejávamos e tudo aquilo que virá durante o ano, porquê? Porque muitos projetos, muitas situações ainda estão em estudo e a estruturar por parte das Juntas de Freguesia e por isso é que não está aqui tudo. O valor global anda aqui nesta casa dos setecentos e tal mil euros. Neste momento o valor dos procedimentos que nós vamos transitar, portanto, dos apoios, contratos interadministrativos ou apoios para as Juntas de Freguesia. Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito bem, presumo que foi uma explicação mais abrangente para alguns pontos que seguem, correto? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sim e agora penso que é assunto a assunto. Já agora e se me permitem uma nota, eu achava que do ponto de vista do funcionamento teria sido melhor nós apresentarmos propostas conjuntas, até porque já foi solicitado algumas vezes unitariamente, mas qualquer dúvida que haja em qualquer projeto estamos disponíveis, mas não vale a pena estarmos a fazer uma apresentação de cada um. Portanto, para termos alguma celeridade pedi-lhe que avançasse. Muito obrigado Sr. Presidente.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem Sr. Presidente. Srs. Deputados, apresentado o ponto 2.5,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

questiono se alguém quer intervir no ponto. Alguma explicação extra? Não? Podemos avançar para a votação?-----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 60/2024 da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência, entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, para construção e requalificação de lugares de estacionamento na Rua 13 de Agosto e Rua da Liberdade.-----

2.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência, entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para alargamento da Rua Benjamim Soares de Freitas, em Óis da Ribeira;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, há alguma intervenção também neste ponto? Nenhuma intervenção, muito bem, vamos então colocá-la a votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 59/2024 da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência, entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para alargamento da Rua Benjamim Soares de Freitas, em Óis da Ribeira.-----

2.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda, para prorrogação do prazo, aos Protocolos de Colaboração n.º 269/23, 270/23 e 271/23 e também do Contrato Interadministrativo n.º 272/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias Recardães e Espinhel;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Colocado à discussão, Srs. Deputados, alguma intervenção, alguma explicação? Passamos então à votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 70/02024 da Câmara Municipal de Celebração de Adenda, para prorrogação do prazo, aos Protocolos de Colaboração n.º 269/23, 270/23 e 271/23 e Contrato Interadministrativo n.º 272/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias Recardães e Espinhel.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

2.8 Apreciação e votação da proposta de Câmara Municipal de celebração de adenda para prorrogação do prazo ao protocolo de colaboração n.º 286/23, celebrado entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcoba;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção? Nenhuma intervenção. Muito bem, passamos então à votação.-----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 67/2024 da Câmara Municipal de celebração de adenda para prorrogação do prazo ao protocolo de colaboração n.º 286/23, celebrado entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcoba.-----

2.9 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de adenda para prorrogação de prazo ao protocolo de colaboração nº 13/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Uma vez mais, Srs. Deputados, algum esclarecimento, alguma intervenção? Não? Muito bem, passamos então à votação.-----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 63/2024 da Câmara Municipal de celebração de adenda para prorrogação de prazo ao protocolo de colaboração nº 13/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão.-----

2.10 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de adenda para prorrogação do prazo ao protocolo de colaboração nº 178/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Apresentado o ponto, Srs. Deputados, há alguma intervenção? Nenhuma intervenção. Muito bem, vamos então colocar à votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 66/2024 da Câmara Municipal de celebração de adenda para prorrogação do prazo ao protocolo de colaboração nº 178/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo.-----

2.11 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de adenda para prorrogação do prazo ao protocolo de colaboração nº 169/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Águeda e Borralha;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção neste ponto também? Não? Muito bem, vamos então colocar à votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 62/2024 da Câmara Municipal de celebração de adenda para prorrogação do prazo ao protocolo de colaboração nº 169/23, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Águeda e Borralha.-----

2.12 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro entre o Município de Águeda e a freguesia de Fermentelos, a União de Freguesias de Recardães e Espinhel e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira para limpeza de jacintos de água na Pateira;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção? Sr. Presidente da Junta de Travassô e Óis da Ribeira, por favor.-----

-----**Presidente da Junta de Freguesia de Travassô e Óis da Ribeira - Sérgio Neves:** -----

-----Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, neste ponto queria falar não só em meu nome, mas também aqui pelo meu colega, o Nelo e o Carlos de Fermentelos. Primeiro de tudo para agradecer o apoio neste ponto em concreto sobre esta questão dos jacintos e, de facto, poderemos dizer sempre que cinco mil euros, neste caso a cada junta é sempre pouco, tendo em conta o problema que temos. Este ano, pelo menos, é a segunda vez já que temos os parques cobertos de jacintos e com a destruição toda que advém e que de facto até convidava toda a gente a passar pelos parques e verificar, não de carro mas a ver mesmo o cenário que lá está. E isto porque todos nós falamos, em alturas mais ou menos propícias é sempre o tema da Pateira mas de facto há aqui um alerta que eu queria com os meus colegas deixar que acho que é premente e importante fazê-lo. A destruição que é feita, não é só dos jacintos e depois removê-los e ter sítio para os remover e a despesa toda inerente e este apoio que agradecemos uma vez mais, que de facto nos ajuda. A questão da ceifeira, que permanentemente está na Pateira a fazer um trabalho que eu considero um trabalho inglório, porque aquilo no dia seguinte é sempre mais do mesmo, como sabemos. Mas há aqui uma questão que eu acho que é premente fazer e aqui a Assembleia é o sítio correto. Nós estamos a poucos dias de eleições legislativas, independentemente qual seja o resultado, estão aqui diversas forças políticas e eu considero ser tremendamente importante o facto de todos, junto dos seus partidos políticos, de uma vez por todas termos aqui um alerta para esta questão da Pateira. E não só para isto, não só a questão do Governo, de quem ficar, dos partidos, etc. porque de facto é mau de mais o que acontece. E há aqui uma questão, é que por mais que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

queiram dizer e algumas pessoas admitir, se não fosse a Câmara de Águeda e se não fosse as três juntas, Travassô e Óis, Fermentelos, Espinhel e Recardães, então podemos dizer com toda a convicção que a Pateira já não existia. E, portanto, eu considero que Oliveira do Bairro e Aveiro, considero que a própria questão da CIRA, mas os organismos, como a APA, o ICNC, a própria ARH e é daqui um apelo sincero, porque de facto isto é uma luta inglória e, portanto todos nós que estamos na Junta tentamos fazer o melhor possível, o Presidente da Câmara e o Executivo a mesma coisa, mas isto é uma luta que para além do dinheiro que a Câmara Municipal de Águeda e as Juntas de freguesia são as únicas a gastar dinheiro com isto e, portanto, é uma luta inglória, que eu considero que continuamos a fazer ouvidos moucos, toda a gente fala da Pateira, é uma coisa magnífica, é só fotografias nas redes sociais, é uma coisa muito gira, mas depois aquilo que lá está e eu falo por Óis da Ribeira, a destruição que temos e tudo o que temos que reconstruir agora depois das cheias, as pessoas na primavera, se ainda lá tiverem jacinto, vão todas dizer que querem os jacintos limpos. Mas depois, estes cinco mil euros serão sempre muito pouco para conseguir fazer não só a limpeza, mas tudo aquilo que temos que reconstruir. E esta gente continua a assobiar para o lado, vamos a Requeixo, está completamente atulhado de jacintos, vamos à zona do Cértima, completamente atulhada, toda a gente faz ouvidos moucos e de facto a questão é que depois toda a gente diz que a Pateira é deles. Mas é isto que eu acho que era importante e pedia mesmo que junto das forças políticas e junto destes organismos, a quem de direito, onde tantas vezes temos tantos contactos para fazer de diversos contactos de queixas e de coisas que às vezes não são apropriadas para o momento e isto sim era importante. Eu deixo aqui um alerta, em meu nome e dos meus colegas, o agradecimento à Câmara, a palavra no sentido desta questão que é feita, porque de facto é a única coisa que é feita e acho que muita gente não tem isto presente, neste momento se isto não fosse feito da forma como está, o pouco ou muito que é feito é só feito por nós e a Pateira simplesmente já não existia porque o caudal no verão, coberto de jacintos, da forma como desce e é este problema que nós temos e que andamos aqui a combater sozinhos. E, portanto, queria deixar aqui este reparo e este alerta e em forma de agradecimento à Câmara de Águeda. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente da Junta de Travassô e Óis da Ribeira. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente, ainda bem que o Sr. Presidente da Junta trouxe esta questão aqui porque é uma situação que nós já temos discutido todos os anos, às vezes mais que uma vez por ano e que eu tenho levantado em todas as reuniões da CIRA, todas. Só que os momentos são os momentos. Estava um processo a decorrer, não só no âmbito da CIRA ou não mas a CIRA neste momento também tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um novo presidente. Estava um processo a decorrer com contactos muito próximos do Sr. Ministro do Ambiente que, neste momento, está em gestão. Portanto, teremos que esperar mesmo pelo próximo Ministro do Ambiente ou pelas estruturas do próximo Governo para se continuar a fazer ligações que nos possam resolver a situação. Agora, o Sr. Presidente da Câmara é que tem aqui uma cota parte e grande de resolução, é mesmo na CIRA. A CIRA tem um projeto, dizem, que ainda tem autorizações ambientais em vigor que acho que caducam em 2024, final de 2024. Mas, que ainda podem ser recuperadas, portanto, isso há tempo que é recuperado nessas situações. Acho que só nos faltam para aí uns dez milhões de euros, porque cinco milhões, entretanto, que estavam prometidos desapareceram há uns anos. O Engenheiro Ribau Esteves tentou explicar mas acabou por explicar que nós políticos sabemos as coisas. Ele disse mesmo assim, “pois, está a ver? Nós os políticos sabemos como isto acontece” e eu até disse que não era político, quem estava no órgão político era o Sr. Presidente, eu não sou político. Portanto, é a CIRA e o Sr. Presidente está lá e têm tomado em atenção esses pontos e a própria CIRA tem tomado em atenção. Mas às vezes fala muito nas zonas e nós lembramos que é a maior lagoa natural da península e eles reconhecem. Agora fizeram umas obras na zona de Aveiro e já fizeram umas obras na zona de Oliveira do Bairro, mas é em termos dos passadiços...a resolução é mesmo uma resolução de fundo. Há 26 anos foi desassoreada. Aquilo deve ter uma coisa impressionante de resíduos e a resolução é o que é que se leva para lá. Já está melhor, mas ainda há o Cértima, o Sr. Presidente da Câmara no outro dia explicou aqui e bem que ainda há o Cértima e que Anadia e Mealhada já tomaram algumas medidas, eu sei que já tomaram, mas que não resolve. Mas acho muito bem que o Sr. Presidente da Junta tenha levantado este assunto, que não saia da ordem do dia e que haja um alerta e nada melhor que o Sr. Presidente da Câmara continuar na sua ação dentro da CIRA para que isto não caia, porque, já aqui disse e certamente muitos de vocês também, só há uma coisa que nos diferencia dos outros lados, é os rios, os cinco rios e a Pateira. Não há nenhuma Pateira, que eu me lembre, há o Alqueva, que é diferente, outra estrutura, não há nenhuma Pateira em nenhum Município. Todos eles têm parques empresariais, todos eles têm melhores isto, pior aquilo, todos eles têm o mesmo que nós, não têm é uma Pateira. Portanto, eu acho que sempre foi a grande riqueza e há de ser ali que se cria um polo dinamizador, não só turístico, do bem-estar, lazer e económico. Mas por isso é preciso também dinheiro para intervenção e fundamentalmente não deixar secar como disseram. Obrigado.”

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado José Vidal. Muito bem, Srs. Deputados, mais nenhuma intervenção Srs. Deputados? Não? Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Relativamente a estas questões da Pateira, dos jacintos, da dragagem que era absolutamente essencial fazer-se, eu queria dar aqui alguns esclarecimentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

porque é importante todos nós termos noção do que tem vindo a acontecer. Primeira questão em relação aos jacintos. Naturalmente que todos nós percebemos e percebemos exatamente o que é que acontece quando há uma cheia maior. Muita daquela massa de jacintos ficam em terra e rebocam ali uma grave perturbação com destruição, nomeadamente de equipamentos. Mas eu queria aqui chamar a atenção por uma razão muito simples. Eu tive o cuidado, inclusivamente de acompanhar em alguns momentos, um trabalho extraordinário que nós fizemos durante este inverno, curiosamente com a Ceifeira e, mais propriamente, junto à Ponte de Requeixo. num trabalho difícil, um trabalho que eu diria que até com alguns riscos, tivemos funcionários extraordinariamente zelosos a fazer um trabalho notável e posso-vos garantir que foi absolutamente essencial para minorar e de que maneira este impacto, pelo menos por um tempo relativamente curto, porque toda a gente sabe da capacidade de reprodução que os jacintos têm. O ano passado foi um ano extremamente quente e pouco chuvoso. Nós já tivemos este inverno todo, mas até nos parece que nos esquecemos que andávamos todos a queixar-nos e o país todo diria que a queixar-se de falta de água e com muito calor. E os jacintos replicaram-se este ano que passou de uma forma brutal. A agravar tudo isto, por causa da falta de dragagem, nós durante largos períodos a nossa ceifeira não pôde sequer operar, porque não tinha profundidades mínimas para poder trabalhar. E às vezes víamos aí aquela malta...porque depois há uma coisa curiosa, a única entidade que tira jacintos da Pateira é a Câmara de Águeda e as Juntas de Freguesia depois ajudam-nos nestes processos, naturalmente mais miúdos, as nossas Juntas de Freguesia. E curiosamente quando aparece um jacinto e vocês não sei se sabem, mas eles navegam um bocadinho ao sabor dos ventos, quando aparece um jacinto, as pessoas normalmente só têm palavras de rejeição e repúdio para com a Câmara de Águeda. Porque curiosamente noutras geografias da Pateira, de outros Municípios, tiram-se fotografias e os jacintos são muito bonitos. São muito bonitos para as mesmas pessoas. E temos que lidar com isto. Assumidamente, nós não vamos desistir, mas primeiro temos todos que ter uma noção clara do que é que se passa na Pateira dos Jacintos. Há duas formas de erradicar os jacintos. A primeira seria com herbicida, parece-me que está fora de questão. Nós que temos estas preocupações ambientais acho que não vamos colocar essa hipótese sequer. A segunda, parece-me que há um mosquito qualquer que os poderia vir a comer, mas quando acabassem os jacintos não sei o que é que eles iriam comer a seguir. E, portanto, penso que também está fora. Resumido, vamos tentar controlá-los. Este processo tenho quase a certeza de que não vai parar e vamos ter que ter permanentemente na Pateira esta ação de ir controlando esta praga. E é exatamente isso que nós temos que fazer para controlarmos esta praga. Neste sentido, temos andado a fazer trabalho, tínhamos o compromisso do Ministro do Ambiente, o Duarte Cordeiro, que através do Fundamental



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nos iriam financiar a aquisição de um novo barco, porque a nossa ceifeira, além de ter pouca capacidade de carga, já tem muitos anos e estes processos já têm muitos anos e, a técnica também vai evoluindo e há agora outro tipo de equipamentos, com outro tipo de capacidade de carga, até porque é fácil toda a gente perceber, quando andamos a retirar jacintos e, sobretudo, quando eles são muitos, é extraordinariamente rápido carregar uma ceifeira de jacintos, ela tem que vir à margem trazer os jacintos e voltar para o mesmo sítio. Quanto mais puder trazer com a capacidade de navegar com cotas baixas de água, melhor e, nós já identificámos esse equipamento, está tudo tratado, temos a candidatura feita, neste momento falta um Governo para decidir a questão do Fundamental. Eu diria que não vai haver ninguém que tenha coragem de dizer que não. Segunda questão, a questão da dragagem. E a questão da dragagem, queria dizer que temos um estudo impacto ambiental já com alguns anos, ele iria caducar, nós fizemos uma pequena ação no sentido de impedirmos que caducasse e, portanto, temos o estudo de impacto ambiental perfeitamente válido. E queria-vos dizer que a competência para tal é da Agência Portuguesa do Ambiente, entretanto, estivemos a ver qual seria a forma de avançar. O Pólis da Ria, como toda a gente sabe, o ex-Pólis da Ria tem um projeto pronto, de execução, para fazermos a dragagem da Pateira e foi decidido que na nova Pólis que tem o nome de Ria Viva, como vocês sabem, a partir daí seria feito o financiamento e é feita a empreitada no âmbito do Pólis 2. É isto que está definido. Neste momento precisamos que o Pólis II Ria Viva apareça e é público, é o projeto mais adiantado - porque está pronto - que temos no âmbito de toda esta ação futura do Pólis e da Ria. A única coisa que nós vamos ter que estar atentos é não nos deixarmos ultrapassar. E estas coisas destes hiatos governamentais levam-nos a ter alguns tempos de paragem e de espera. Entretanto, a Câmara Municipal da Águeda... até porque tem a maior parte da Pateira, não pode nunca ficar à espera que os outros façam, tem que dar o exemplo e fazer. Se os outros não nos seguem, lamentamos, mas vamos continuar esse trabalho até porque a Pateira, indiscutivelmente, para todos nós e para todo o concelho de Águeda e até mesmo para o país, é uma joia que nós temos que preservar e, vamos continuar a fazê-lo. Quando aparecem aquelas fotos, que as pessoas, algumas delas, ficam logo todas indignadas e alvoraçadas, dizer-vos que as fotos extraordinárias da Pateira continuam a sair e vão continuar durante muitos anos, porque nós, acho eu, que o Município de Águeda não vai nunca abdicar deste trabalho, que o tem que fazer! A expensas próprias, porque, volto a dizer, nós não temos qualquer tipo de financiamento para a ação diária que temos em curso na Pateira. É a Câmara que assume integralmente todos os custos. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, podemos avançar para a votação do ponto? Muito bem.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 77/2024 da Câmara Municipal de celebração de protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro, entre o Município de Águeda e a Freguesia de Fermentelos, a União de Freguesias de Recardães e Espinhel e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para limpeza de jacintos-de-água na Pateira.-----

2.13 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, para a aquisição de uma viatura de nove lugares para transporte de crianças;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Isto está dentro da explicação inicial, não carece de outra explicação. Os Srs. Deputados, alguma intervenção, alguma explicação? Podemos avançar para a votação? Muito bem.-----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 72/2024 da Câmara Municipal de celebração do protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, para a aquisição de uma viatura de nove lugares para transporte de crianças.-----

2.14 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro entre o Município de Águeda e a Freguesia de Aguada de Cima, para a reabilitação e valorização da regueira de Seixo, no centro da Freguesia de Aguada de Cima;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma explicação, alguma intervenção? Muito bem, passamos então à votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 73/2024 da Câmara Municipal de celebração do protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro entre o Município de Águeda e a Freguesia de Aguada de Cima, para a reabilitação e valorização da regueira de Seixo, no centro da Freguesia de Aguada de Cima.-----

2.15 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do protocolo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

colaboração para atribuição de apoio financeiro entre o Município de Águeda da e a Freguesia de Macinhata do Vouga, para requalificação do edifício de Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga;

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, há alguma intervenção neste ponto? Não? Passamos então à votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 71/2024 da Câmara Municipal de celebração do protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro entre o Município de Águeda da e a Freguesia de Macinhata do Vouga, para requalificação do edifício de Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga.---

2.16 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro entre o Município da Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, para reabilitação do cemitério de Barrô e construção de ossário;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Alguma intervenção, Srs. Deputados? Não? Vamos então passar à votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 64/2024 da Câmara Municipal de celebração de protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro entre o Município da Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, para reabilitação do cemitério de Barrô e construção de ossário.-----

2.17 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro, entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, para execução de trabalhos nos cemitérios de Trofa e Lamas do Vouga;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, há algum esclarecimento, alguma intervenção? Muito bem, passamos então à votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 61/2024 da Câmara Municipal de celebração de protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro, entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, para execução de trabalhos nos Cemitérios de Trofa e Lamas do Vouga.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

2.18 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do protocolo de colaboração para a atribuição de apoio financeiro entre o Município da Águeda e a União de Freguesias de Recardães e Espinhel para a execução do Parque Desportivo do Passal;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, também há alguma intervenção? Não. Muito bem, passamos então à votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 68/2024 da Câmara Municipal de celebração do protocolo de colaboração para a atribuição de apoio financeiro entre o Município da Águeda e a União de Freguesias de Recardães e Espinhel para a execução do Parque Desportivo do Passal.-----

2.19 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração para Atribuição de Apoio Financeiro, entre o Município de Águeda e a Freguesia de Valongo do Vouga, para Aquisição de equipamentos interativos e didáticos para a casa dos rios e Parque da Boiça; Intervenção de requalificação e recuperação de antiga escola primária no lugar do Sobreiro – 2.ª Fase e substituição de cobertura no pavilhão 2 dos armazéns da Junta de Freguesia;--

----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção ou alguma explicação? Muito bem, passamos então à votação. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 69/2024 da Câmara Municipal de celebração de protocolo de colaboração para atribuição de apoio financeiro, entre o Município de Águeda e a Freguesia de Valongo do Vouga, para aquisição de equipamentos interativos e didáticos para a casa dos rios e Parque da Boiça; Intervenção de requalificação e recuperação de antiga Escola Primária no lugar do Sobreiro – 2.ª Fase e substituição de cobertura no pavilhão 2 dos armazéns da Junta de Freguesia.----

2.20 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda à Estratégia Local de Habitação de Águeda;-----

----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente?-----

----**Presidente da Câmara Municipal:** Vou pedir ao Sr. Vice-Presidente para apresentar este ponto.--

----**Presidente da Assembleia:** Sr. Vice-Presidente, faça o favor. -----

----**Vice-Presidente da Câmara Municipal - Edson Santos:** -----

----"Boa noite mais uma vez. Relativamente a este ponto é mais um passo que estamos a dar no âmbito da estratégia local de habitação e que, neste caso, é importante a sua aprovação, quer aqui, quer pela parte do IHRU, porque com esta comparticipação nós podemos ter 100% das despesas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

são elegíveis e, isto ao ser aprovado pelo IHRU, estas propostas que nós trazemos aqui que, nomeadamente, foram tratadas com as Juntas de Freguesia e com algumas IPSS e, neste caso, até com o Instituto de Ação Social das Forças Armadas. Isto requereu algum trabalho, algumas reuniões que tivemos com as propostas que nos foram apresentadas. Estamos a colaborar, a dar apoio, quer às Juntas, IPSS e outras entidades, quer a particulares, no sentido de podermos ajudar na submissão destas mesmas candidaturas e, neste caso, o que trazemos aqui é uma adenda que vai aumentar, quer em termos de valor, estamos a falar de mais 5 milhões e 400.000 euros aproximadamente à estratégia, em termos de valores e vão também aumentar 45 novas soluções habitacionais, estamos a falar de 22 fogos de tipologia T1, mais 20 fogos de tipologia T2 e 3 fogos de tipologia T3. Estes projetos foram apresentados pela União Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira, Vouga e Agadão, pela União Freguesias de Recardães e Espinhel, pela União Freguesias Travassô e Óis Ribeira, pelos Pioneiros e pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas. Estes processos já estão em adiantamento e, se a adenda for aprovada pelo IHRU, estamos em condições de acrescentar estes projetos àqueles que já estão em andamento, nomeadamente o projeto de Vale Domingos que já está numa fase também muito adiantada. Basicamente é isto, é trazermos aqui e darmos mais um passo no âmbito daquilo que nos compete, é tentar trazer até nós um financiamento de 100%, que tem que ser finalizado. Soubemos também em dezembro, que é até finais de março. Isto tem um prazo muito curto e, portanto, tudo que não for aprovado até março poderá vir a ser apoiado, mas não em 100%, será através do Primeiro Direito, ou seja, penso eu, na ordem de 50%. Muito obrigado.

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Srs. Deputados, discussões no ponto. Sr. Deputado José Vidal, por favor?-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----"Sr. Presidente, daquilo que eu li, basicamente, foram identificadas agora, acrescentando ao projeto que já existia, estas famílias que teriam más condições de habitabilidade ou com necessidades de habitação claro que isto aqui é tudo apoios no âmbito de domínios públicos, portanto das Autarquias, os terrenos em posse das Autarquias, ou do âmbito de IPSS ou que desenvolvem ação do domínio privado mas têm uma ação social. Julgo que seja assim os apoios e que agora estes e todos os outros que já aprovámos é 100%? No âmbito do Primeiro Direito já não era, não é? Era 100% mas agora já não. Mas este aqui é porquê? Em que pacote é este, desculpe lá? Só que eu não percebi essa parte.-----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** O Primeiro Direito nunca é financiado a 100%.-----

-----**Deputado José Vidal:** Os primeiros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Agora, o Primeiro Direito com o PRR o Governo decidiu que a parte do PRR viesse colmatar ou ajudar a financiar este projeto, ou seja, passou de 50 para 100%. -----

-----**Deputado José Vidal:** Certo. -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Aquilo que for aprovado e estiver em condições de ser aprovado até março e que esteja aprovado na estratégia global.-----

-----**Deputado José Vidal:** Eu não sei como é que fazem, se vai ser aprovado ou não, acho estranho que tudo seja reabilitação ou seja compra de terreno e construção, todos os metros quadrados são a 1.403 euros. Portanto, uma reabilitação é 1.403 euros, o metro quadrado, uma compra de um terreno público para construção é 1.403 euros, e comprar o terreno e construir também é 1.403 euros. Eu não sei se eles aceitarão assim, mas que seja assim, qualquer casa de nós, a 1.403 euros, já vale alguma coisa agora já é dinheiro. Mas isso, se eles aceitam, aceitam e depois acabará a Câmara, a execução, não é? Outra situação que eu reparei, por exemplo, 16 T1s em Travassô? Os T1s não têm particularidade nenhuma de uma população como a nossa, que é uma população envelhecida, em que precisamos de trabalhadores e famílias e arranjar T1s. Eu acho que um projeto seria 8 T2, por exemplo, só assim. Portanto, realizar T1s não tem lógica. Vou lá meter um casal ou uma pessoa e, depois, se vem outra pessoa que é um trabalhador e que já dorme na sala. Eu acho é que o projeto em si poderia ser transformado em 8 T2. Portanto é só uma sugestão porque não tem lógica na atração de famílias T1. Famílias, ou futuras famílias, ou casais novos, ou futuros casais novos não têm a particularidade disso, mas devem ter estudado isso. Outra questão que se verifica aqui noutras situações que é a posse. A posse! Porque é que a Câmara não adquire, em vez de ser a Junta? Se a Câmara tem um potencial económico muito superior até para futuras intervenções, manutenções e tudo o que daí decorre. Se é público na mesma e o parque público da Câmara é extremamente diminuto. Se nós contratarmos no âmbito do Concelho ser quanto mais for da Câmara, mais organização... é exponencial a situação base de controle do que está a passar, seja na renda, seja no arranjo, seja isso tudo, se eu tiver 10 prédios, é uma coisa, se eu tiver 50... eu aproveito os recursos que já tenho para montar quando tenho os 10. Assim tenho que criar micro-controle, seja na Junta A, B, C, D e tal não tem lógica. Estas situações deveriam ser centradas na Autarquia que adquire para o domínio público, criando serviços e têm estruturas e têm pessoal e têm isso tudo para conseguir controlar o arrendamento, para conseguir controlar os arranjos, para conseguir controlar a manutenção, as questões litigiosas... tudo concentrado numa única entidade, que é a maior, que é a Autarquia. Não vejo isso. Agora temos 11 Freguesias, cada uma fica com uma casa. Cada uma tem que se preocupar no arrendamento, nas questões litigiosas, nas questões da manutenção e tem que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

arranjar micro-serviços para uma, duas, três ou quatro casas. Não tem lógica. Portanto, era só essa parte. Em relação à parte do financiamento. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma intervenção no ponto? Sr. Presidente da Junta de Travassô e Óis da Ribeira?-----

-----**Presidente da Junta de Freguesia de Travassô e Óis da Ribeira – Sérgio Neves:**-----

-----”Sr. Presidente, obrigado. Uma vez que falou aqui de um caso de Travassô, o Sr. José Vidal fala sempre de Travassô, tem aqui um gosto particular... e acho que é importante esforçar-se a ver o seguinte. Há pouco falou da questão dos 1.400 euros da reabilitação ou da compra e, portanto, esse valor é feito na questão da reabilitação, aquilo que nós propusemos, são dois casos concretos, 16 T1 e 2 T2, porquê? Num caso é uma parceria com uma instituição que tem uma edificação na Freguesia que está devoluta há mais de 20 anos e na outra é uma casa centenária, propriedade da Junta da Freguesia, que também se encontra devoluta e que, sem isto, os dois problemas, até porque no primeiro caso é a oitava tentativa, em quatro anos de Junta, que faço para tentar resolver aquele problema e, portanto, penso que é desta e no caso da casa propriedade da Junta da Freguesia seria impossível, com expensas próprias, conseguir reconstruir aquilo. Os 1.400 euros para reabilitação, eu compreendo aquilo que está a dizer, portanto, para quem tiver que comprar terreno e fazer a edificação é extremamente curto, por isso é que isto se faz com aquilo que existe na posse e não se contempla essa questão da compra para depois fazer a construção. Os 1.400 euros é um valor para a construção. Dizer que existem aqui alguns itens que ficam de fora e que, de Lisboa, essas diretrizes, de facto, falharam... nomeadamente estamos a falar de arranjos exteriores, um conjunto de coisas que estão de fora e que vamos ter que encontrar soluções para fazer, no nosso caso a solução de T1s foi porquê? Porque a arquitetura e a engenharia assim manda que é a forma de conseguirmos encaixar naquela edificação o que tem menos capacidade de demolição para a reconstrução, aproveitando o valor ao metro quadrado dos 1.400 euros. Faço-me entender? E daí esta especificidade. Naturalmente que aquilo que diz e bem, eu também gostaria de lá pôr T2, T3 e T4 e por aí fora, eu gostava de muita coisa. Agora a questão é que temos que nos juntar àquilo que temos, aproveitar o facto de termos este valor a fundo perdido e nos adaptarmos à melhor solução para o maior número de pessoas. No entanto e é a nossa consideração, de que possamos alocar isto a jovens casais que necessitem de habitação, que é uma premência que existe, de situações sociais neste género, de forma a que consigamos alocar lá 16 situações passíveis disso e não de famílias numerosas, que isso não será possível, mas de famílias que possam, de alguma forma, ir de encontro a isto que esta parte... não sei se me está a ouvir, mas eu queria esclarecer sobre isto, não quero que fique dúvida nenhuma. E, portanto, é neste sentido que foi feito, que é o maior aproveitamento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

área versus esta questão. Dizer também que só após a aprovação é que avançaremos com o negócio e com a concretização para termos os pés assentes na terra daquilo que estamos a fazer. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente da Junta. Sr. Deputado José Vidal, a questão é porque é que a Cerciag não se candidatou? -----

-----**Presidente da Junta de Freguesia de Travassô e Óis da Ribeira:** Eu não posso falar por uma instituição que não está aqui para se defender, sendo que eles têm outros projetos em mente para outros tipos de tipologias e, portanto, esta questão concreta da habitação social não se prendia com a estratégia deles e foi isso que defendeu. Da parte da Junta, conforme lhe disse, é a oitava tentativa que faço para resolver aquele elefante branco da Freguesia que há mais de 20 anos está lá no centro e que acho que é agora que vamos conseguir resolver. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** muito obrigado Sr. Presidente da Junta. Mais alguma intervenção? Srs. Deputados, podemos avançar? Ok. Faça favor Sr. Vice-Presidente.-----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Esclarecendo um pouco o que o Sr. Deputado José Vidal falou, as regras foi o IHRU que as definiu e, nós limitamos a cumprir para que possamos ter o financiamento. Em relação a Travassô, o Sr. Presidente da Junta já respondeu e bem porque é que não somos nós a ter as obras? Nós já temos com a delegação de competências, a Câmara assumiu tanta coisa que é muito difícil nós conseguimos ir a todas. E acho que assim, vamos estar ao lado das Juntas de Freguesia, destes parceiros, vamos dar todo um conjunto de assessorias que lhes vai permitir facilitar o trabalho. Em relação aos particulares, são 20 as famílias que se candidataram e que nós aí sim vamos assinar, na próxima semana, dia 6, os protocolos de tomada de posse, ou seja, nós iremos fazer todo o processo até às obras. Porque são pessoas que aí, de facto, não têm condições, nem sabem como é que vão fazer e se não fosse a Câmara ou se não fosse um organismo, a tomar conta da propriedade e a agir, essas famílias nunca teriam financiamento, mas são coisas mais pequenas. Estamos a falar de coisas de recuperação, remodelações e, portanto, não serão construções, como estamos aqui a falar, que eu penso que a Juntas de Freguesia e estas entidades, já mostraram que têm capacidade para conseguir, desde que haja dinheiro, têm capacidade para fazer estas obras e acompanhá-las e executá-las no prazo que é aquele prazo que nós temos que ter, isto terá que estar tudo feito em 2026. Portanto, é por essa razão, partilhando um pouco esta nossa responsabilidade, ou a responsabilidade de quem quer fazer, nós vamos ter que contratualizar gabinetes que irão dar esta assessoria toda. Portanto, nós Câmara não temos e não vale a pena dizer que temos, que não temos nem recursos humanos, internamente, para dar resposta a estas entidades.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem Sr. Vice-Presidente. Srs. Deputados, perante a discussão mais alguma intervenção? Podemos então agora avançar para a votação? -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com uma abstenção do Grupo Municipal do PS, a proposta n.º 45/2024 da Câmara Municipal de Adenda à Estratégia Local de Habitação de Águeda.-----

2.23 Apreciação e votação da proposta de Câmara Municipal de Regulamento da Gala de Desporto do Município de Águeda;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, julgo que seja da sua competência a apresentação? ----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente vai continuar. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, peço desculpa. Meia noite e dois minutos, eu julgo que estamos nos trabalhos bastante bem adiantados, faltam-nos três pontos e um deles é a apreciação da informação escrita.-----

-----Srs. Deputados, nos termos do artigo 20º do Regimento, vou colocar à votação o prolongamento desta Assembleia até à 1h da manhã, obviamente, como limite. Alguém vota contra? Alguém se abstém? Muito bem. Então prosseguimos nos trabalhos. Sr. Presidente, faça favor. Sr. Vice-Presidente. -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal – Edson Santos:** -----

-----“Em relação ao regulamento da Gala de Desporto, achamos que estará na altura de criar esta gala para, de alguma forma, dar a conhecer aquilo que melhor se faz em termos de desporto e também para premiar aqueles que se esforçam. Portanto, é uma gala que já pensamos nisto há algum tempo, mas já está na altura de a concretizar. E o regulamento está aí, se houver alguma dúvida ou alguma questão eu posso responder. “-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem. Srs. Deputados, apresentado o ponto, alguma intervenção? Ou alguma explicação? Não? Podemos avançar para a votação? Muito obrigado.-----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com uma abstenção do Grupo Municipal do PS, a proposta n.º 27/2024 da Câmara Municipal de Regulamento da Gala de Desporto do Município de Águeda.-----

2.24 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração das normas de participação e exploração dos espaços do evento Agitágueda;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Vice-Presidente, também vai apresentar o ponto?-----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal – Edson Santos:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----"Sim, Sr. Presidente, obrigado. Fizemos aqui algumas alterações, não são grandes alterações, mas são alterações que têm vindo a ser feitas de acordo com aquilo que temos vindo a sentir em termos de desenvolvimento também do próprio evento. Não vem mudar muita coisa, mas vem-nos permitir, de alguma forma, penso eu, tornar as coisas um pouco mais transparentes em termos de seleção e clarificar aqui algumas situações. Eu nomeio, por exemplo, uma que para nós é importante, porque também queremos de alguma forma trazer alguma sustentabilidade a este evento, que é a possibilidade de nós angariarmos patrocinadores e que, de alguma forma mais clara, nós possamos negociar, mas essa negociação depois irá sempre a reunião de Câmara e será sempre aprovada. Portanto, será sempre demonstrado todo o trabalho que foi feito, tudo aquilo foi angariado e qual foi o retorno da verba que entrou e qual foi a compensação que a Câmara deu. basicamente é isto, mas facilita-nos aqui um pouco o trabalho. Também temos vendedores ambulantes, foram pequenas regras, porque as coisas têm vindo a evoluir, temos tido cada vez mais solicitações para virem até ao Agitágueda, para virem para Águeda nesse período, que já não é só o perímetro do Agitágueda, já é a cidade, portanto, já há aqui uma tendência de quererem vir e ocupar espaços na cidade, estamos a tentar controlar um pouco isto e tornar as coisas um pouco mais transparentes. É só isto. Muito obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sr. Vice-Presidente. Srs. Deputados, há alguma discussão sobre o ponto? Faz favor Sr. Deputado José Vidal. Faça favor. -----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----"Em relação a algumas alterações regulamentares, eu verifiquei aqui que era aquela questão do cumprimento de leis, Sr. Vice-Presidente, dos concursos...não se pode impedir e dar vantagem às pessoas de Águeda em relação aos exteriores quando se aluga espaços ou se aluga para atividades. Eu não percebi aqui muito bem isto, mas deve ser defeito meu, que está tudo isento de taxas e licenças mas as pessoas para vir para lá pagam um X. Pronto, certo. Outra coisa que deve ser erro que a Câmara controla os produtos que são vendidos e os preços... não pode... faturas é quanto? O máximo de quanto? As coisas certamente não são assim.-----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Vai ser controlado. Porque é assim, quer nas associações, quer em todo o evento, as associações não pagam nada para lá estar. Nós consideramos que deve haver um prato de valor mínimo... -----

-----**Deputado José Vidal:** Um preço máximo. -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** ... um prato de valor máximo que permita às pessoas quando vão ao evento saber que vão comer por um determinado valor.-----

-----**Deputado José Vidal:** Certo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Se quiserem comer o leitão ou beberem espumante de primeira, pagarão aquilo que a associação indicar. No caso das faturas, isso, são definidos quem é que vai ocupar os espaços e serão definidos também valores. -----

-----**Deputado José Vidal:** Preços máximos? -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Preço máximos, não é em tudo, mas em alguns produtos. Em alguns produtos. Isso para quê? Para mostrar aquilo que tem vindo a acontecer, que não me agrada e acho que também não agrada a nenhum de nós, é ter, por exemplo, faturas a 5 euros ou 6 euros. Portanto, eles estão a abusar e, consideramos que tem que haver aqui um patamar mínimo que permita às pessoas e às famílias que vêm poderem usufruir do evento, pagar sim, mas calma... que os valores estão exagerados e por isso as pessoas a fazer fila. -----

-----**Deputado:** Isso é alimentação saudável? Isso era 10 euros! -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Era 10 euros, mas as filas... exatamente. Também falámos nisso, também foi uma discussão, mas pelo menos uma das coisas ter esse valor. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Bom, Sr. Deputado José Vidal, pode continuar. -----

-----**Deputado José Vidal:** Bem, agradeço o esclarecimento, Sr. Vice-Presidente, que tinha realmente essas dúvidas sobre o que é que aconteceria. O Partido Socialista irá abster-se nesta situação porque a nossa visão da exploração e da atividade e do desenvolvimento da atividade seria diferente. Por exemplo, um ponto marcante que é a questão da participação das IPSS. A participação das IPSS não pode ser comparada com qualquer clube que se formou ontem, há dois anos, como diz aqui, que seja para eu andar de bicicleta, ou de mota, ou qualquer coisa... portanto, tem que haver uma redistribuição de espaços, uma valorização do nível 1, as IPSS, todas aquelas entidades que têm um valor social de intervenção social. De nível 2, os outros. Nós não podemos é contabilizar os bebedores de cerveja... isto é um exemplo, a associação dos bebedores de cerveja com uma IPSS e concorrermos no mesmo nível. Portanto, é logo um ponto diferenciador. Outra coisa que eu aqui percebi e certamente que o Sr. Vice-Presidente vai estar em cima, é que toda a gente paga à Câmara. Que não haja lá bares que pagaram a uma entidade X, que depois a entidade X contrata o DJ Y, que DJ Y depois também contrata o Espetáculo Y e os bares afinal estão lá e não se vê o bar a pagar à Câmara nada. Não entra ali, não aparece lá a fatura da Câmara quando o bar pagar. Portanto, acho muito bem que a VAJ, portanto, porque erros todos cometemos, este erro também só foi detetado há 6 ou 7 anos, ou 8, portanto ainda estamos a tempo, em 8 anos conseguimos alterá-lo. Acho muito bem que seja por aí, acho muito bem que a publicidade é fundamental num evento com a dimensão do Agitágueda, tentar furar, tentar ver, porque a sustentabilidade é por aí. Há aí medidas regulamentares que estão lá, se forem realmente cumpridas, estão lá. Não sei o que é que terá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

acontecido, Sr. Vice-Presidente, mas muita atenção, que vem aqui explícito, que serão expulsos e certamente já vinha no anterior! - pessoas que subalugam os espaços... vou falar baixinho que é para eles não ouvirem lá fora. Isto é, calhou-me o espaço a mim vendo o outro, ainda mal saí daqui, a descer as escadas. Pessoas que fazem... alargam os espaços. Tenho aqui o meu espaço que tem 10 metros, passa a 50, de 50 metros dois bares e vendo-os e é tudo meu. É isso que é preciso e o Sr. Presidente sabe do que é que estamos falando e que acho correto, porque é correto isso que aponta aqui no regulamento. Portanto, essas alterações são boas. Essa aí das faturas eu não tinha pensado, mas é uma boa medida social...há coisas que é exploração indiscriminada e aquilo é aberto ao povo, a Câmara faz um grande investimento para que aquilo seja aberto ao povo e depois não se justifica que realmente... acho isso... é uma medida altamente positiva essa do limite, pelo menos não... olhe, é uma medida social, ao fim ao cabo, que é o evento do Agitágueda se há particularidade que ela tem é ser um evento para todos. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. José Vidal. Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Sr. Vice-Presidente, ainda assim mais algum esclarecimento? -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Sim, muito rápido. Temos aqui que uma das melhorias foi exatamente essa, que era qualquer associação que seja criada e que queira ir para o Agitágueda tem que ter pelo menos dois anos de atividade, tem que o demonstrar. Porque já nos começámos a aperceber que havia criações de associações só para irem logo para o Agitágueda. Portanto, essa foi uma das razões que nos levou a colocar estes dois anos. Outra situação, as IPSS, de facto, já nos solicitaram várias vezes que acham que devem ter primazia ou deviam ser as primeiras a ocupar, mas ao fazer uma coisa dessas iríamos anular todos os outros. A meu ver e pela experiência que tenho em termos culturais e desportivos, é tão importante uma IPSS no trabalho que faz como uma associação cultural cuja função que ela faz é só abrir as portas e deixar que as pessoas vão para lá jogar as cartas. Esta parte social que nós não nos apercebemos porque vivemos todos na cidade e temos essa noção e parece que não existe, se não der esta oportunidade a estas associações culturais de continuarem a manter a sua atividade cultural, mesmo que seja limitada à sua Freguesia, ao cantinho lá de cima do Randam ou outros, para onde é que essas pessoas vão conviver? E o problema maior que nós temos na nossa sociedade é exatamente o isolamento e é esse envelhecimento que não é ativo, é o envelhecimento que está a tornar-se cada vez mais uma doença da nossa sociedade. E, portanto, nós achamos que todos são por igual, desde que cumpram a sua função e vamos vendo... sabemos que o Agitágueda fornece a alguns clubes e algumas associações apoios que não vão conseguir em mais lado nenhum. As IPSS têm apoios. As IPSS, através da Câmara e da Ação Social apoia e apoia bem e, portanto, acho que estamos nesta fase a continuar essa nossa linha de apoiar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

todos aqueles que querem ir para o Agitágueda. É só por aí. Certo. Em relação àquilo que o Sr. Vidal diz ... eu também sou muito claro, porque o evento foi crescendo, nós sabemos o que é, você trabalhou lá com a empresa algumas vezes e durante alguns anos e também sentiu e percebeu como é que aquilo ia crescendo. E alguns erros que você ia cometendo lá, também foi corrigindo. E, portanto, nós sabemos que a coisa foi feita assim. Estamos a dizer, Sr. Deputado, que vamos crescendo com isto para chegar aonde? Aquilo que você quer dizer que há 8 anos parece que os bares vão para lá e que não pagam, ou que têm outras situações, isto tem vindo a ser tudo corrigido. Em relação àquilo que nós fazemos aqui, que é, qualquer bar, qualquer associação, qualquer pessoa que vá para lá, ou entidade, se não cumprir as regras, fica impedido de ir durante um ou dois anos. Portanto, havia aqui às vezes algumas situações que as pessoas abusavam... e este ano já se concretizou. Houve uma entidade, ou um bar... aquilo não é uma associação, neste caso é um bar e um vendedor ambulante, que ficou impedido de ir quer no Agitágueda 23, quer no Natal. Com estas regras, com estas situações, nós impomos condições, as pessoas têm de cumprir, porque nós achamos que fazemos um investimento muito grande para que as pessoas que vêm usufruam deste investimento e, portanto, têm que cumprir as regras e mais nada. Muito obrigado.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado José Vidal. Faça favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Vice-Presidente, eu concordo com o que aí foi dito e essa visão, por acaso, é uma visão a pensar, essa das pequenas associações, é uma bela visão... isso levaria a outro tipo de trabalho, criação de 3 tipos de número X de lugares diferenciados, mas a visão é boa, não pode ser os gajos das motas estarem comparados com a IPSS. Pronto, a questão é essa. E nem se pode comparar com os clubes, por exemplo, desportivos que têm formação. Há outros que não têm, mas quem tem formação deveria ter prioridade. Isso era outra coisa. Em relação a esses ditos, eu já disse ao Sr. Vice-Presidente, que lhe perdoo muitas das coisas que diz, como essas das empresas... eu não tenho empresas, nunca tive, não sou dono de empresas, essas bocas do passado, das relações que nós tivemos ou que sempre cumprimos... - atenção, que sempre cumprimos! - pelo menos para quem eu trabalhei, a Câmara sempre cumpriu com eles, portanto, sem problemas nenhuns... eu acho que o regulamento já existia, está melhor, está no caminho correto... para dizer que está no caminho certo e que seja aplicada a situação. Porque aquilo que falou, por exemplo, dos concursos dos bares, os concursos de bares agora é global. Nós sabemos que há 8 anos havia aí pessoas que ofereciam 4.000 euros para ir para lá e que não era permitido porque era só para os bares de cá. Havia pessoas de Viseu que queriam dois bares aqui... um colega meu e dava, naquela altura, 4.000 euros por cada bar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Só aí a Câmara ganhava 7.000 euros... naquela altura era 1.000 euros cada um. Mas acho bem que o regulamento está no caminho correto e se vai evoluindo nesse setor, porque a dimensão que o Agitágueda pode ter... já tem, mas que pode ter em termos organizacionais será outro. Obrigado.”----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Penso que então podemos passar à votação do ponto. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com 7 abstenções do Grupo Municipal do PS e 3 do Grupo Municipal do CDS, a proposta n.º 50/2024 da Câmara Municipal de alteração das Normas de Participação e Exploração de Espaços do evento AgitÁgueda.-----

2.25 Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, têm a palavra. Sr. Deputado José Vidal.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Mais uma vez dar os meus parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, porque o documento é um livro de aprendizagem, não dá para ler todo de uma vez só, mas uma pessoa lê hoje umas vezes, na próxima reunião lê outras e vai aprendendo bastante... e o meu elogio aos funcionários da Autarquia pelo trabalho que desenvolvem nas mais diversas áreas porque às vezes nós criticamos... como eu faço muitas vezes, a Câmara, mas isto é um mundo multifacetado de multiprojetos que nós nem conhecemos, nem sequer sabemos para que é que servem, nem sabemos se dão resultado ou não, mas contamos com o bom esforço deles e que aquilo dê resultado. E nós vemos por este relatório isso. E tendo em atenção os projetos, já agora falava aqui só nesta questão, que tem mais a ver com a Sra. Vereadora, que há muito que foram prometidos, os documentos... não existe a Estratégia Municipal de Saúde, ainda não saiu, a revisão da Carta Educativa e o Plano Estratégico de Educação também não, o Plano da Igualdade também não, a Carta Social também não e o Diagnóstico Social da Ação Social e o Plano de Ação também não. Tudo coisas que foram vendo, que estão a ser construídas, mas a Sra. Vereadora, passaram dois anos, dou-lhe um conselho, que não espere como o Sr. Presidente hoje esperou, para trazer tudo ao mesmo tempo. Quando houver um que esteja já pronto ou adiantado, traga-nos para nós podemos analisar, colaborar, participar, de qualquer forma. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Mauro Ezequiel, por favor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:**-----

-----"Só queria fazer uma pergunta que é a seguinte: aqui na execução orçamental, queria só perguntar se o valor que está aqui de 25 milhões das execuções das Grandes Opções do Plano 2023, se é o valor final. Diz aqui dezembro! É o valor final? É que se é o valor final foram executadas em 54%.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O quê? -----

-----**Deputado Mauro Ezequiel:** As GOP foram executadas em 2023, se este é o valor final, só em 54%. Portanto, deparamos aqui com a realidade dos orçamentos. -----

-----**Presidente da Assembleia:** É só, Sr. Deputado? Sr. Deputado, era essa a questão? -----

-----**Deputado Mauro Ezequiel:** Era, era. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Obrigado. Mais alguma intervenção? Mais nenhuma? Quer usar a palavra neste ponto, Sr. Presidente? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, não. Muito obrigado. -----

-----Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

-----**Presidente da Assembleia Municipal:** Muito obrigado a todos, um resto de boa semana.-----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pelas zero horas e vinte e oito minutos do dia um de março de dois mil e vinte e quatro, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: